

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2022

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ**
Secretaria de Estado da Administração

Concurso Público para o cargo de Fiscal da Receita Estadual (FRE)

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PRIMEIRA FASE EXAME DE CONHECIMENTOS (PROVAS OBJETIVAS) CONHECIMENTOS GERAIS

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Jean-Paul Sartre foi escritor, crítico e filósofo francês do Existencialismo.

- Verifique se este caderno contém 60 questões, numeradas de 1 a 60. Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

[O que queremos?]

Se a história do homo sapiens, tal como o definimos até agora, está mesmo chegando ao fim, nós, membros de uma de suas últimas gerações, devemos dedicar algum tempo a responder a uma última pergunta: o que queremos nos tornar?

A maioria das pessoas prefere não falar sobre isso. Mesmo o campo da bioética prefere abordar outra pergunta: "O que é proibido fazer?". É aceitável fazer experimentos genéticos com seres humanos vivos? Com fetos abortados? Com células-tronco? É ético clonar ovelhas? Todas essas perguntas são importantes, mas é ingênuo imaginar que podemos simplesmente frear os projetos científicos que estão transformando o homo sapiens em um tipo diferente de ser, pois esses projetos estão inextricavelmente unidos à busca pela imortalidade.

Pergunte aos cientistas por que estudam o genoma, ou tentam conectar um cérebro a um computador, ou tentam criar uma mente dentro de um computador. Nove em cada dez lhe darão a mesma resposta: estamos fazendo isso para curar doenças e salvar vidas humanas. Embora as implicações de criar uma mente dentro de um computador sejam muito mais dramáticas do que curar doenças psiquiátricas, essa é a justificativa padrão fornecida, porque ninguém pode argumentar contra ela.

A única coisa que podemos tentar fazer é influenciar a direção do que se está fazendo nas ciências. Mas considerando que possivelmente logo seremos capazes de manipular inclusive nossos desejos, a verdadeira pergunta a ser enfrentada não é "O que queremos nos tornar?", e sim "O que queremos querer?". Aqueles que não se sentem assombrados por essa pergunta provavelmente não refletiram o suficiente a respeito.

(Adaptado de: HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: Uma breve história da humanidade**. Trad. Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2018, 425-426)

1. O autor do texto, segundo o que dispõe no parágrafo
 - (A) primeiro, toma como probabilidade segura uma evolução cada vez mais rápida nas conquistas históricas do *homo sapiens*.
 - (B) segundo, acredita que a progressão dos experimentos genéticos deverá refrear-se, em função dos questionamentos que vêm sofrendo.
 - (C) terceiro, julga que a grande maioria dos cientistas justifica seus experimentos mais ousados de modo a torná-los aceitáveis.
 - (D) quarto, mostra-se cético quanto à possibilidade de alguma interferência nossa na sucessão das experiências já programadas pelos cientistas.
 - (E) quarto, considera que as perguntas fundamentais sobre o nosso futuro dizem respeito, uma vez mais, à nova espécie em que queremos nos transformar.

2. Considerando-se o contexto, o sentido específico de um segmento do texto está adequadamente traduzido em:
 - (A) ... *membros de uma de suas últimas gerações* (1º parágrafo) = componentes derradeiros da contemporaneidade.
 - (B) ... *é ingênuo imaginar que podemos simplesmente frear os projetos científicos* (2º parágrafo) = supõe-se simploriamente que tais projetos sejam irrefreáveis.
 - (C) ... *essa é a justificativa padrão fornecida* (3º parágrafo) = é a razão que se sugere circunstancialmente.
 - (D) ... *capazes de manipular inclusive nossos desejos* (4º parágrafo) = habilitados a manejar até mesmo nossas aspirações.
 - (E) ... *não se sentem assombrados por essa pergunta* (4º parágrafo) = mostram-se inconformados com tal questionamento.

3. É inteiramente clara e correta a **redação** deste comentário sobre o texto:
 - (A) Nesse texto não faltam, atentando-se no segundo parágrafo, insinuações de que no campo da bioética podem haver perguntas incômodas.
 - (B) A evolução da ciência chegou ao delicado limite no qual os cientistas, em suas experiências mais radicais, fornecem razões éticas para justificá-las.
 - (C) A clonagem de ovelhas está entre os experimentos genéticos cujo valor é atribuído à dúvida dos fundamentos éticos dos mesmos.
 - (D) Dizem os especialistas em clonagem, que é vantajoso levar em frente tais experiências que podem redundar do mais proveitoso avanço da ciência.
 - (E) Há bastante sutileza na diferença entre as duas perguntas, que ao final do texto, o autor nos lança, à respeito do nosso transformar-se ou do nosso querer.



4. Considere estas orações:
- I. Talvez a história do *homo sapiens* esteja chegando ao fim.
 - II. Ao final de sua história, no que se transformará o *homo sapiens*?
 - III. Saberá o *homo sapiens* identificar o que de fato ele quer?

Essas orações articulam-se de modo claro, coerente e correto neste período único:

- (A) Chegando talvez ao fim de sua história, o *homo sapiens* se transformará no quê, se é que ele saberá identificar o que de fato quer?
 - (B) Se o *homo sapiens* vir a identificar, chegando ao fim de sua história, o que ele de fato quer, no que haverá de se transformar?
 - (C) Caso chegue ao fim de sua história, na qual não sabe no que quer se transformar, saberá o *homo sapiens* identificar esse seu querer final?
 - (D) No fim provável de sua história, aonde o *homo sapiens* não sabe em que se transformará, identificará ele por fim o que ele mesmo quer?
 - (E) Provavelmente chegando ao fim de sua história, na qual se pergunta no que se transformará, saberia o *homo sapiens* de fato identificar o que queria?
-
5. Entre os recursos expressivos utilizados pelo autor na elaboração do texto pode-se reconhecer
- (A) o uso insistente, ao longo do texto, de perguntas retóricas – aquelas cujas respostas já estão claramente supostas em sua formulação.
 - (B) o emprego reiterado de formas verbais passivas, tais como em *o campo da bioética prefere abordar outra pergunta e O que queremos nos tornar?*
 - (C) a presença de linguagem figurada na construção *essa é a justificativa padrão fornecida*.
 - (D) a típica construção do gênero narrativo em *esses projetos estão inextricavelmente unidos à busca pela imortalidade*.
 - (E) a ocorrência de frases não oracionais, no caso de *Com fetos abortados?* ou *Com células-tronco?*

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 8, baseie-se no texto abaixo.

A imoralidade da alegria

Há uma célebre anotação no diário do escritor Franz Kafka, em 2 de agosto de 1914: “A Alemanha declarou guerra à Rússia. – À tarde, natação.”. Essa anotação já foi lida como prova de alienação ou de frieza. Algo atroz acaba de se dar, o mundo está prestes a colapsar, e o indiferente Franz segue sua vida como se nada acontecesse, jovialmente resolve nadar. Mostra a lamentável dissociação entre a vida pública, política, histórica, e a existência mezinha do indivíduo, em sua insignificância, em sua insensibilidade.

Ora, a reação de Kafka ao acontecimento sinistro não é ter ido nadar naquela tarde, mas justamente ter feito a anotação. Não se trata de um lembrete qualquer para si mesmo, e sim, de uma inserção literária, como tantas outras passagens sintéticas e agudas que encontramos em seu diário. A chave de sua compreensão talvez esteja na pontuação, no indiscreto travessão que liga uma coisa à outra enquanto finge separá-las. Não há distância entre a vida coletiva e a particular: há entre elas contiguidade e tensão. Sua escolha é ir à natação porque cancelá-la seria uma insensatez, um gesto de absoluta inutilidade, o pensamento mágico do homem comum que acredita interferir nos rumos do mundo com suas ações menores.

(Adaptado de: FUKS, Julián. **Lembremos do futuro**. São Paulo, Companhia das Letras, 2022, p. 116)

6. Diante da citada anotação de um diário do grande escritor Franz Kafka, o autor do texto
- (A) manifesta sua discordância quanto ao hábito comum de condensarmos numa mesma nota eventos de gravidade desigual.
 - (B) mostra como é difícil, para todos nós, distinguir a importância real de um evento coletivo e a irrelevância de uma decisão pessoal.
 - (C) julga que o escritor destacou formalmente a disparidade inicial entre evento coletivo e intento pessoal com o fito de aproximá-los.
 - (D) avalia a possibilidade de que nossos interesses pessoais busquem ignorar fatos históricos de importância discutível.
 - (E) imagina que essa nota de diário pretendeu assinalar justamente o que há de sinistro nos fatos que implicam a supressão de um agendamento.



7. Depreende-se do último período do texto que um *pensamento mágico* seria aquele que
- (A) explora a relação que pode haver entre dois fatos considerados num mesmo plano de grandeza.
 - (B) leva alguém a considerar que sua ação mais modesta tenha repercussão decisiva numa ordem maior.
 - (C) faz o sujeito crer que sua consciência pessoal só se apura quando acionada pelos fatos históricos.
 - (D) acusa a presunção comum de que nossas decisões pessoais decorrem de decisões coletivas.
 - (E) induz o sujeito a planejar uma ação objetiva para modificar elementos de seu mundo subjetivo.
-
8. *A chave de sua compreensão talvez esteja na pontuação, no indiscreto travessão que lixa uma coisa à outra enquanto finge separá-las.*
- O período acima incorpora uma nova, coerente e correta redação caso se substitua o segmento sublinhado por
- (A) haja visto o intruso travessão onde se liga uma coisa à outra a pretexto de separar-lhes.
 - (B) cujo travessão indica a pretenção de separar coisas que supostamente manteriam-se ligadas.
 - (C) pelo travessão que se aparenta por encobrir as diferenças entre as coisas quando pretende as associar.
 - (D) por meio do inesperado travessão aonde remete uma coisa à outra quando elo haver uma separação.
 - (E) no chamativo travessão que simula uma separação entre coisas que ele de fato aproxima.
-

Atenção: Para responder às questões de números 9 e 10, baseie-se no texto abaixo.

Mudança

Íamos mudar de cidade dali a dias, me disseram. Meu mundo de menino até então resumira-se àquela casa, àquela rua, àquela cidade, àquela escola. Fiquei entusiasmado: íamos pra Capital!

No meu último dia de aula, véspera da mudança, me despedi da turma e voltei pra casa ansioso. Lá chegando – cadê a nossa sala? Móveis empilhados, janelas nuas, marcas de arrasto no assoalho...

Perguntei pra minha irmã: – E quando é que a gente vai voltar pra casa? – Nunca mais, respondeu ela. Insisti: – A gente vai embora para sempre? – Para sempre, foi a sentença. Compreendi desde então que “nunca mais” e “para sempre” são duas faces do mesmo Tempo implacável.

As palavras gostam de se esclarecer por meio das nossas experiências.

(Celso Canedo Lima, a publicar)

9. Com a mudança de casa, o menino acabou descobrindo que as expressões “nunca mais” e “para sempre”
- (A) indicam a simultaneidade de experiências positivas e negativas.
 - (B) expressam todo o poder com que o tempo se impõe sobre nossas vivências.
 - (C) aludem à influência marcante que a memória exerce sobre o futuro.
 - (D) sugerem a esperança que nos anima diante da reversibilidade do tempo.
 - (E) traduzem algum consolo nosso no caso das aflições que se mostram transitórias.
-
10. Entre os recursos utilizados na composição do texto, está o emprego
- (A) da figura da personificação, em *As palavras gostam de se esclarecer*.
 - (B) de travessões (2^o e 3^o parágrafos) com a mesma função em todos os casos.
 - (C) de voz passiva com efeito literário em *Fiquei entusiasmado!*
 - (D) de típico discurso descritivo em *me despedi da turma*.
 - (E) da modalidade dissertativa de discurso em *voltei pra casa ansioso*.
-

Raciocínio Lógico-Matemático e Matemática Financeira

Atenção: As questões de números 11 a 14 referem-se a Raciocínio Lógico-Matemático.

11. No comitê eleitoral de uma candidata a senadora, foi colocada uma tela em que são reproduzidas, de maneira contínua e sempre na mesma ordem, cinco produções feitas para divulgar a sua campanha. Uma vez iniciada a reprodução, as pessoas podem acompanhar:
- 1^a) um vídeo biográfico da candidata, com as principais realizações de sua trajetória política, com 4 minutos de duração;
 - 2^a) um compacto com os melhores momentos da candidata durante sua participação em um debate, com 3 minutos de duração;
 - 3^a) uma entrevista concedida pela candidata a um canal de televisão local, com 5 minutos de duração;
 - 4^a) um resumo do seu plano de atuação no Senado caso seja eleita, com 4 minutos de duração;
 - 5^a) um clipe com a música da campanha da candidata, com 2 minutos de duração.

Ao terminar uma série com as cinco produções, imediatamente inicia-se outra. Após 697 minutos de reprodução, sem qualquer interrupção, a tela estará exibindo

- (A) o vídeo biográfico da candidata.
 - (B) o compacto com os melhores momentos do debate.
 - (C) a entrevista concedida pela candidata.
 - (D) o resumo do seu plano de atuação no Senado.
 - (E) o clipe com a música da campanha da candidata.
-



12. Para entrar em um sistema computacional, o usuário deve digitar sua senha duas vezes seguidas e responder três perguntas de verificação. Se a senha for digitada corretamente nas duas oportunidades ou se nenhuma das três respostas estiver errada, então o usuário tem acesso ao sistema. Caso contrário, aparece na tela uma mensagem de erro.

Uma pessoa completou o processo para entrar nesse sistema, mas, ao final, apareceu na tela uma mensagem de erro. Nessas condições, é correto concluir que essa pessoa, necessariamente,

- (A) errou a digitação da senha em pelo menos uma oportunidade e acertou, no máximo, duas perguntas de verificação.
- (B) errou a digitação da senha em pelo menos uma oportunidade ou errou ao menos uma das três perguntas de verificação.
- (C) não digitou a senha corretamente nas duas oportunidades e errou as três perguntas de verificação.
- (D) não digitou a senha corretamente nas duas oportunidades ou não acertou nenhuma das três perguntas de verificação.
- (E) errou a digitação da senha nas duas oportunidades ou não acertou uma das três perguntas de verificação.

13. Uma pessoa nasceu no dia 25 de janeiro de determinado ano e morreu no dia 28 de fevereiro de outro ano, anterior a 2022. Em relação aos anos de nascimento e morte dessa pessoa, sabe-se que:

- ambos são números de quatro algarismos;
- ambos são formados pelos dígitos 0, 1, 2 e 9;
- os dois anos não pertencem ao mesmo século.

Se essa pessoa viveu menos do que 100 anos, então ela morreu com

- (A) 18 anos de idade.
- (B) 63 anos de idade.
- (C) 72 anos de idade.
- (D) 81 anos de idade.
- (E) 99 anos de idade.

14. Considere as três afirmações a seguir, das quais apenas uma é verdadeira.

- I. Denise conhece Paris e não é maior de idade.
- II. Se Denise é maior de idade, então ela viaja sozinha.
- III. Denise viaja sozinha ou não conhece Paris, ou as duas coisas.

Nessas condições, é necessariamente verdade que Denise

- (A) é maior de idade e viaja sozinha.
- (B) é maior de idade e não conhece Paris.
- (C) não é maior de idade e conhece Paris.
- (D) não viaja sozinha e conhece Paris.
- (E) conhece Paris e não é maior de idade.

Atenção: As questões de números 15 a 18 referem-se a Matemática Financeira.

15. Dois capitais de mesmo valor são aplicados em uma instituição financeira em uma mesma data. Um dos capitais é aplicado, durante 1 semestre, a uma taxa de juros compostos de 4% ao trimestre e o outro, durante 8 meses, a uma taxa de juros simples de 24% ao ano. Se a soma dos juros das duas aplicações é igual a R\$ 6.040,00, o montante referente à aplicação sob o regime de capitalização simples supera o outro montante em

- (A) R\$ 1.960,00
- (B) R\$ 1.840,00
- (C) R\$ 1.800,00
- (D) R\$ 2.040,00
- (E) R\$ 2.400,00

16. Dois títulos de valores nominais iguais são descontados em um banco 3 meses antes de seus vencimentos. Para um dos títulos utilizou-se operação de desconto comercial simples e para o outro a de desconto racional simples. Se em ambos os casos considerou-se a taxa de desconto de 24% ao ano e o valor do desconto correspondente à operação de desconto racional simples foi de R\$ 1.200,00, a soma dos respectivos valores atuais é de

- (A) R\$ 37.600,00
- (B) R\$ 38.728,00
- (C) R\$ 39.928,00
- (D) R\$ 39.856,00
- (E) R\$ 38.328,00



17. Uma dívida referente a um empréstimo deverá ser quitada por meio de 30 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira prestação 1 mês após a data em que foi realizada a dívida. Sabe-se que foi utilizado o sistema francês de amortização a uma taxa de 2% ao mês com o valor de cada prestação igual a R\$ 8.930,00. Se o saldo devedor da dívida logo após a quitação da 1ª prestação é igual a R\$ 195.070,00, então a soma dos valores das amortizações incluídas na 1ª e 2ª prestações é igual a
- (A) R\$ 9.860,00
(B) R\$ 7.802,80
(C) R\$ 8.860,80
(D) R\$ 9.958,60
(E) R\$ 8.751,40

18. Os dois fluxos de caixas abaixo (A e B) referentes a dois projetos, mutuamente excludentes, possuem a mesma taxa interna de retorno positiva de 10% ao ano e apresentam também o mesmo desembolso (D) na data inicial (Ano 0).

Ano	Fluxo de caixa A (R\$)	Fluxo de caixa B (R\$)
0	- D	- D
1	22.000,00	(X - 13.750,00)
2	24.200,00	X

O valor de X correspondente ao fluxo de caixa B é igual a

- (A) R\$ 28.435,00
(B) R\$ 30.250,00
(C) R\$ 31.900,00
(D) R\$ 29.040,00
(E) R\$ 28.600,00
-
- Direito Constitucional**
19. No âmbito de processo administrativo em que se discute a exigibilidade de crédito tributário estadual, certo contribuinte teve negado seguimento a recurso que interpôs, uma vez que, conforme constou de decisão de instância final, deixou de efetuar depósito prévio ou arrolamento de bens, previstos em lei estadual como condição de admissibilidade recursal. Nessa hipótese, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a condição estabelecida em lei é
- (A) inconstitucional, cabendo à decisão administrativa ser objeto de reclamação e a lei estadual, de ação direta de inconstitucionalidade, ambas de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
(B) inconstitucional, cabendo reclamação para o Supremo Tribunal Federal tanto em face da decisão administrativa quanto da lei estadual.
(C) inconstitucional, cabendo ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça estadual, tanto em face da decisão administrativa quanto da lei estadual.
(D) inconstitucional, cabendo reclamação para o Supremo Tribunal Federal em face da decisão administrativa, e ação direta de inconstitucionalidade, em face da lei, apenas perante o Tribunal de Justiça estadual.
(E) constitucional, sendo vedada a exigência de depósito prévio ou arrolamento de bens como requisito de admissibilidade de ação judicial em que se discuta exigibilidade de crédito tributário, mas não em sede de processo administrativo.
-
20. Em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é INCOMPATÍVEL com a disciplina constitucional dos princípios gerais da atividade econômica o estabelecimento, por lei, de
- (A) impedimento à fruição de tratamento tributário diferenciado e favorecido para as microempresas ou empresas de pequeno porte que possuam débitos com as fazendas públicas cuja exigibilidade não esteja suspensa.
(B) impedimento à instalação de estabelecimentos comerciais de um mesmo ramo em área determinada.
(C) dispensa de licitação para contratação de serviços de tecnologia da informação considerados estratégicos, a serem prestados por empresa pública criada para esse fim.
(D) horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais dentro da área municipal.
(E) dever de veiculação de mensagens educativas de trânsito em peças publicitárias de produtos da indústria automobilística.
-
21. Membro de Ministério Público estadual, ingressante na carreira após a Constituição Federal de 1988 e em exercício desde então, pretende candidatar-se a cargo eletivo na esfera federal. Nessas circunstâncias, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a candidatura do referido membro do Ministério Público é
- (A) viável, desde que tenha ingressado na carreira antes da Emenda Constitucional nº 45/2004 e se licencie sem remuneração durante o período eleitoral.
(B) viável, desde que se trate de exceção prevista na lei complementar do Estado respectivo que estabeleça o estatuto do Ministério Público que integra.
(C) viável, desde que se trate de exceção prevista em lei complementar federal que estabeleça as normas gerais para organização do Ministério Público nos Estados.
(D) viável, ainda que tenha ingressado na carreira após a Emenda Constitucional nº 45/2004, desde que tenha adquirido estabilidade, hipótese em que só perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado.
(E) inviável, por lhe ser vedado o exercício de atividade político-partidária, ainda que tenha ingressado na carreira antes da Emenda Constitucional nº 45/2004.



22. Agente de fiscalização estadual lavrou autuação por ter determinada empresa deixado de recolher imposto sobre a comercialização de leitores de livros eletrônicos que possuem funcionalidades acessórias. Nesse caso, considerando o disposto na Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a autuação é
- (A) insubsistente, uma vez que há imunidade tributária na hipótese.
 - (B) subsistente, uma vez que a imunidade tributária alcança apenas a comercialização de livros eletrônicos, e não a de seus leitores, ainda que não possuam funcionalidades acessórias.
 - (C) subsistente, uma vez que não há imunidade tributária, seja na comercialização de livros eletrônicos, seja na de seus leitores, já que o suporte impresso é essencial para o gozo da imunidade.
 - (D) subsistente, uma vez que, por possuírem funcionalidades acessórias, os leitores de livros eletrônicos em questão equiparam-se a aparelhos multifuncionais, como *tablets* e *smartphones*, não alcançados pela imunidade tributária.
 - (E) insubsistente, desde que a legislação estadual estenda aos leitores, com ou sem funcionalidades acessórias, a imunidade tributária aplicável à comercialização de livros eletrônicos.
-
23. Proposta de emenda à Constituição do Estado do Amapá, subscrita por um por cento do eleitorado estadual, visa a estabelecer que cometem crime de responsabilidade o Governador e os Secretários de Estado que deixarem de apresentar declaração de bens no ato de posse e ao término do exercício dos respectivos cargos, sendo permitido a todo cidadão denunciá-los, perante a Assembleia Legislativa, por crime de responsabilidade. À luz da Constituição Federal, da Constituição do Estado e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, referida proposta
- (A) será admissível, desde que o eleitorado que a subscreveu esteja distribuído pelo menos por cinco Municípios, com um mínimo de dois por cento dos eleitores de cada um deles.
 - (B) é inadmissível, pois não há, no processo legislativo federal, iniciativa popular para proposta de emenda constitucional, regra de observância obrigatória no âmbito do processo legislativo estadual.
 - (C) invade competência da União, tanto para definir os crimes de responsabilidade como para estabelecer as normas de processo e julgamento respectivas.
 - (D) invade competência da União para definir os crimes de responsabilidade, embora seja de competência do Estado estabelecer as normas de processo e julgamento de suas autoridades por crime de responsabilidade.
 - (E) invade competência da União para estabelecer as normas de processo e julgamento por crime de responsabilidade, embora seja de competência do Estado definir os crimes de responsabilidade de suas autoridades.
-
24. Empresa sediada em um Estado, tendo adquirido e licenciado veículos automotores em Estado diverso, para uso em deslocamentos profissionais de funcionários lotados na sede, pretende eximir-se da cobrança do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) pelo Estado em que está sediada. Quer valer-se, para esse fim, de ação judicial, em caráter preventivo, por entender não ser autorizada a cobrança do tributo pelo Estado em que está sediada, sob o fundamento de inconstitucionalidade da bitributação a que estaria potencialmente sujeita. Diante da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, nessa hipótese, em tese,
- (A) cabe impetrar *habeas corpus*, embora, no mérito, seja improcedente a pretensão.
 - (B) cabe impetrar *habeas corpus*, ademais de, no mérito, ser procedente a pretensão.
 - (C) cabe impetrar mandado de segurança, embora, no mérito, seja improcedente a pretensão.
 - (D) cabe impetrar mandado de segurança, ademais de, no mérito, ser procedente a pretensão.
 - (E) não são admissíveis ações de caráter mandamental, uma vez que ainda não ocorrida lesão, ademais de, no mérito, ser improcedente a pretensão.
-
25. Em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é compatível com a disciplina constitucional da contratação temporária de servidores públicos
- I. a percepção de décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional, mediante expressa previsão legal ou contratual.
 - II. a percepção de décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional, no caso de comprovado desvirtuamento da contratação temporária pela Administração Pública, em razão de sucessivas e reiteradas renovações e/ou prorrogações, ainda que não haja expressa previsão legal ou contratual.
 - III. a previsão legal que exija transcurso de 24 meses, contados do término do contrato, antes de nova admissão de professor temporário anteriormente contratado.
 - IV. o direito à percepção de salários referentes ao período trabalhado como único efeito jurídico válido em relação aos servidores contratados, quando a contratação temporária for realizada em desconformidade com os preceitos constitucionais.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) I e IV.



26. Considere as seguintes situações, envolvendo a fiscalização de mercadorias em trânsito:
- I. apreensão e retenção de mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal idônea, até a comprovação da legitimidade de sua posse por parte de quem a transporta;
 - II. apreensão e retenção de mercadorias, em virtude da constatação da existência de débitos tributários do remetente, relativos a operações anteriores, cuja cobrança é objeto de processo administrativo fiscal em andamento;
 - III. apreensão e retenção de mercadorias, para o fim de lavratura de auto de infração e imposição de multa em virtude da constatação de diferença de peso entre o declarado na documentação fiscal e o efetivamente transportado.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

- (A) todas as situações constituem meios coercitivos para o pagamento de tributos, o que é vedado.
- (B) todas as situações revelam formas lícitas de atuação dos agentes de fiscalização.
- (C) as situações I e III são inadmissíveis, por configurarem limitações ao tráfego de bens por meio da cobrança de tributos, ao passo que a situação II é lícita, por estar amparada em processo administrativo em andamento.
- (D) a situação II é inadmissível, por configurar meio coercitivo para o pagamento de tributos, sendo lícitas as situações I e III, diante de sua transitoriedade e finalidades legítimas.
- (E) a situação I configura limitação indevida ao exercício profissional e a situação II, sanção política, sendo ambas vedadas, ao passo que a situação III revela conduta condizente com a formação de instrumento idôneo para a cobrança de tributo.

Direito Administrativo

27. Considere que determinado Estado da Federação esteja executando programa sócio-habitacional destinado à população de baixa renda irregularmente instalada em núcleos urbanos informais. Referido programa envolve, além da construção de unidades habitacionais, disponibilização de cursos de capacitação profissional em áreas com demanda de mão de obra previamente mapeada, a exemplo dos setores de tecnologia e inovação. Uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, voltada para a área de capacitação profissional, que arrecadou recursos financeiros consideráveis em evento internacional recentemente realizado, procurou representantes daquele ente federativo com pretensão de convergir esforços para o sucesso do programa. Como possível solução para a concretização da pretensão da mencionada organização,
- (A) não se poderia cogitar da doação de recursos diretamente ao ente federativo, uma vez que a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, vedou os entes públicos de receberem transferências gratuitas de bens e direitos, quando realizados por pessoas jurídicas de direito privado.
 - (B) a celebração de termo de colaboração, regido pela Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, possibilita que a pessoa jurídica de direito privado que propôs a parceria transfira, ao ente público, bens, recursos financeiros e mão de obra para viabilizar a execução de parte do programa.
 - (C) está a formalização de acordo de cooperação entre a pessoa jurídica de direito privado e o ente público, nos termos da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, por meio do qual a organização da sociedade civil poderá custear e executar cursos de capacitação profissional destinados ao público atendido pelo programa.
 - (D) a participação da organização da sociedade civil deveria ficar restrita à transferência voluntária e gratuita de recursos financeiros ao ente público, destinados exclusivamente para atividades abrangidas pelas finalidades estatutárias da pessoa jurídica de direito privado.
 - (E) é vedada a celebração de convênio, porque este instrumento é restrito a entes com personalidade jurídica de direito público, admissível apenas excepcionalmente a empresas estatais, porque dotadas de personalidade jurídica híbrida.
28. Uma empresa estatal federal prestadora de serviços públicos precisa instalar um oleoduto entre um município e outro de determinado Estado, como parte do plano de expansão de sua rede de distribuição. O perímetro, extenso, perpassa inúmeras propriedades privadas, um parque urbano municipal e uma fazenda de titularidade do Estado, onde são realizadas pesquisas científicas do setor agrário. A instalação da infraestrutura pretendida
- (A) poderá se dar unilateralmente, ou seja, independentemente da vontade ou concordância dos proprietários ou possuidores das áreas abrangidas pelo perímetro do oleoduto, desde que a empresa tenha promovido prévia declaração de utilidade pública para essa finalidade.
 - (B) implica em desapropriação de todos os imóveis abrangidos pelo perímetro da infraestrutura, aérea ou subterrânea, em razão do direito subjetivo de extensão que protege os proprietários das áreas.
 - (C) pode demandar a instituição de servidão administrativa, no caso do atingimento de imóveis particulares, sendo vedada a aplicação do instituto aos imóveis de titularidade pública, que dependerão de concordância dos respectivos entes públicos proprietários.
 - (D) atingirá imóveis públicos e privados, sendo o instituto definido conforme o grau de restrição imposto à propriedade, podendo a empresa instituir servidão administrativa no caso de infraestrutura subterrânea que não impossibilite, por completo, o aproveitamento da propriedade.
 - (E) poderá se dar por meio de desapropriação, quando se tratar de imóveis privados, e de servidão, para os imóveis públicos, para que estes remanesçam passíveis de algum aproveitamento econômico, em todos os casos, mediante justa e prévia indenização.



29. A remuneração paga aos servidores públicos titulares de cargo efetivo
- (A) sujeita-se ao limite do subsídio fixado para os ministros do Supremo Tribunal Federal, excluídas verbas indenizatórias e vantagens pessoais de qualquer natureza.
 - (B) deve ser inicialmente fixada por lei de iniciativa do Chefe do Executivo, admitindo-se revisão periódica e reajuste anual por decreto, desde que previamente demonstrada a existência de recursos orçamentário-financeiros para fazer frente à despesa.
 - (C) fixada, por meio de subsídio, por lei específica, não exclui a possibilidade de pagamento de verbas indenizatórias a serem excluídas do limite constitucional estabelecido para remuneração dos agentes públicos (teto constitucional).
 - (D) tem natureza de subsídio e submete-se integralmente ao teto constitucional estabelecido para os ministros do Supremo Tribunal Federal, na mesma proporção e percentual, independentemente da natureza da verba.
 - (E) admite cumulação de vencimentos com parcelas indenizatórias, a exemplo de subsídio acrescido de gratificações, de adicionais por tempo de serviço e de décimo terceiro, excluídas do limite constitucional de remuneração de agentes públicos (teto constitucional).
-
30. O governante de determinado município contratou, no último bimestre de seu mandato, a execução de serviços de reforma das instalações da sede do Executivo, no intuito de deixá-las, a seu sucessor, no mesmo estado em que recebida por ocasião do início de sua gestão. Em sede de controle externo, o Tribunal de Contas apontou irregularidade na despesa, porque
- (A) constatou a inexistência de lei autorizativa para a realização do pregão de contratação.
 - (B) não podiam ser realizadas novas contratações no último trimestre do mandato do chefe do executivo municipal, conforme disposição da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
 - (C) não houve reserva de recursos financeiros para pagamento das despesas, que devem, obrigatoriamente, ser liquidadas no mesmo exercício em que realizadas.
 - (D) no último ano do mandato é necessária a comprovação de disponibilidade de caixa para pagamento das despesas contraídas no mesmo ano ou no exercício seguinte.
 - (E) não houve comprovação da disponibilidade de caixa para fazer frente às despesas contraídas para o exercício seguinte.
-
31. Dentre as modalidades de licitação previstas na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o
- (A) pregão não é mais admitido para contratação de serviços de engenharia, pois ainda que a especificação do objeto seja singela, a execução envolve complexidade técnica inafastável.
 - (B) pregão é preferencial à concorrência, podendo o agente público optar pelo procedimento mais complexo para evitar questionamento acerca de possível restrição de competição.
 - (C) leilão passou a admitir o critério de menor preço para julgamento, além do já utilizado maior lance.
 - (D) leilão passou a ser a regra para alienação de bens imóveis, diferentemente da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que estabelecia a concorrência.
 - (E) diálogo competitivo pode ser instaurado quando, no curso de outra modalidade de licitação, forem apresentados propostas ou lances com diferença de até 10% no valor, para mais ou para menos, de forma a alcançar resultado mais vantajoso para a Administração.
-
32. O servidor público responsável pelo controle de imunizações em unidade de saúde estadual, diante da escassez de doses para atender a totalidade da demanda e preocupado com a situação dos moradores da comunidade onde reside, porque de baixa renda e com pouco acesso a atendimento emergencial de qualidade, decidiu por introduzir vírus no *software* que controlava a triagem e liberação do acesso aos imunizantes. Durante a inoperância do sistema de controle, que durou um dia, entendeu não ser possível negar imunização a quem procurasse a unidade de saúde. Com isso, quase a totalidade da comunidade onde residia o agente público foi imunizada, preterindo a ordem estabelecida no cronograma estadual de imunização.
- De acordo com o disposto na Lei Estadual nº 66, de 3 de maio de 1993 e na Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, o servidor público
- (A) pode ser condenado por ato de improbidade, diante de inequívoco dolo em sua atuação, que possibilitou o emprego de recursos públicos a pessoas não autorizadas legalmente a tanto, sem prejuízo de responsabilização em outras esferas, a exemplo da disciplinar.
 - (B) poderá ser responsabilizado disciplinar e penalmente, não se caracterizando ato de improbidade por ausência de auferimento de benefício pelo próprio agente público.
 - (C) deve ser responsabilizado, passível de cumulação de sanções nas esferas civil, penal e de improbidade, esta que absorve eventual infração disciplinar, considerando que já pode impor perda do cargo público.
 - (D) depende de prévia instauração de processo administrativo disciplinar para aferição de dolo ou culpa, o que viabilizará o processamento por ato de improbidade, que só se caracteriza diante da presença do elemento subjetivo indicado.
 - (E) praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração pública, ocasionando prejuízo ao erário, não obstante a ausência de dolo e de auferimento de vantagem ilícita.



33. Concessionária de serviço público rodoviário desapropriou inúmeros bens imóveis necessários à duplicação da rodovia sob sua operação. Para além do leito da rodovia e da respectiva faixa de domínio, adquiriu terrenos lindeiros onde instalou postos de serviços e de comércio, explorados direta ou indiretamente durante a execução do contrato. Aproximando-se o fim da vigência do contrato de concessão, a concessionária apresentou requerimento preliminar ao poder concedente, no qual afirma fazer jus a remanescer titular dos terrenos lindeiros à rodovia onde foram instalados postos de serviços e de comércio, que pretende continuar a explorar. Os terrenos não edificados alocou como reversíveis ao poder concedente. Considerando a narrativa, o poder concedente
- (A) deve concordar com o requerimento da concessionária, considerando que o modal de transporte é obrigatoriamente reversível ao titular do serviço público, sendo os demais bens passíveis de negociação entre as partes.
 - (B) pode indeferir o pleito da concessionária, na medida em que os terrenos são considerados afetados à concessão e, portanto, ao serviço público, para exploração como receitas acessórias ou complementares, salvo disposição em sentido diverso.
 - (C) pode, alternativamente, prorrogar a concessão, como forma de manter os terrenos lindeiros afetados ao serviço público rodoviário e, como tal, necessários à modicidade tarifária.
 - (D) deve indeferir o pleito da concessionária, considerando que os terrenos adquiridos no curso da concessão estão a ela atrelados e fazem parte do risco do negócio, cabendo seu cômputo, inclusive, como crédito do titular do serviço público no cálculo de amortização de investimentos.
 - (E) poderá indenizar a concessionária pelo valor de aquisição dos terrenos, os explorados e os desocupados, acrescido da valorização dos ativos no mercado e de lucros cessantes em razão da interrupção das atividades econômicas desenvolvidas.
34. A anulação de uma autorização para supressão de vegetação expedida por autarquia em sede de regular processo administrativo
- (A) depende de decisão judicial, em razão da natureza constitutiva do ato emitido em favor de terceiro, em favor do qual gera direito adquirido.
 - (B) pode se dar em sede administrativa, observada ampla defesa e contraditório em favor do beneficiado pelo ato administrativo viciado, podendo ser aproveitados outros atos praticados no processo administrativo para novo pleito.
 - (C) pode se dar unilateralmente, no âmbito administrativo da própria autarquia, porque se trata de pessoa jurídica de direito público, o que não se estende aos entes da Administração indireta com natureza jurídica de direito privado.
 - (D) deve ser precedida e justificada por exame de conveniência e oportunidade pela autoridade máxima do ente, hipótese em que se admite revisão administrativa.
 - (E) somente pode ser proferida no curso do prazo para apresentação de recurso por qualquer das partes interessadas, após o quê o ato terá exaurido seus efeitos.

Direito Empresarial

35. De acordo com a lei de regência das sociedades anônimas, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar
- (A) não poderá ultrapassar o capital social, sendo que, atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.
 - (B) não poderá ultrapassar o capital social, sendo que, atingindo esse limite, a Diretoria ou o Conselho de Administração, se houver, deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.
 - (C) poderá ultrapassar o capital social, desde que haja previsão no estatuto social, sendo que, atingindo esse limite, a Diretoria ou o Conselho de Administração, se houver, deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.
 - (D) poderá ultrapassar o capital social, desde que não haja vedação no estatuto social, sendo que, atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.
 - (E) poderá ultrapassar o capital social, independentemente de previsão no estatuto social, sendo que, atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.
36. Na sociedade anônima, as reservas de capital poderão ser utilizadas, entre outras finalidades, para
- (A) custear as despesas de emissão de bônus de subscrição.
 - (B) garantir o pagamento das debêntures.
 - (C) pagamento de dividendos a ações ordinárias.
 - (D) incorporação ao capital social.
 - (E) viabilizar programa de demissão voluntária dos trabalhadores.
37. De acordo com a atual redação da lei de recuperação de empresas e falências (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005), é
- (A) vedada a extensão da falência ou de seus efeitos, no todo ou em parte, aos sócios de responsabilidade limitada, aos controladores e aos administradores da sociedade falida.
 - (B) permitida a extensão da falência ou de seus efeitos, no todo ou em parte, aos sócios de responsabilidade limitada da sociedade falida, mesmo que não sejam controladores ou administradores.
 - (C) permitida a extensão da falência ou de seus efeitos, no todo ou em parte, aos sócios de responsabilidade limitada da sociedade falida, desde que também sejam controladores e administradores.
 - (D) permitida a extensão da falência ou de seus efeitos, no todo ou em parte, aos sócios de responsabilidade limitada da sociedade falida, desde que também sejam controladores ou administradores.
 - (E) permitida a extensão da falência ou de seus efeitos, no todo ou em parte, aos sócios de responsabilidade limitada, aos controladores e aos administradores da sociedade falida, mesmo que não sejam sócios.



38. Obedecidas as exigências legais, procedeu-se à fusão de duas sociedades limitadas. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, a fusão implica a extinção
- (A) da sociedade cujo capital social for menor, incorporando-se a sociedade extinta à remanescente, que sucederá a primeira nos direitos e obrigações.
 - (B) de qualquer uma das duas sociedades, segundo for determinado no protocolo de fusão, incorporando-se a sociedade extinta à remanescente, que sucederá a primeira nos direitos e obrigações.
 - (C) da sociedade cujo capital social for menor, incorporando-se a sociedade extinta à remanescente, que não sucederá a primeira nos direitos e obrigações, exceto as de natureza trabalhista e tributária.
 - (D) de qualquer uma das duas sociedades, segundo for determinado no protocolo de fusão, incorporando-se a sociedade extinta à remanescente, que não sucederá a primeira nos direitos e obrigações, exceto as de natureza trabalhista e tributária.
 - (E) de ambas as sociedades, que se unem para formar nova sociedade, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.
-
39. Segundo a atual redação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006), poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado nele previsto a pessoa jurídica
- (A) de cujo capital participe outra pessoa jurídica, desde que qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.
 - (B) constituída sob a forma de cooperativa de consumo.
 - (C) constituída sob a forma de sociedade por ações.
 - (D) que participe do capital de outra pessoa jurídica.
 - (E) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
-
40. De acordo com o Código Civil, o estabelecimento do empresário
- (A) não pode ser objeto de usufruto.
 - (B) não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual.
 - (C) só pode ser alienado por instrumento público.
 - (D) pode ser objeto de arrendamento, que não impede o arrendante de fazer concorrência ao arrendatário, salvo se expressamente proibido de fazê-lo pelo contrato.
 - (E) pode ser objeto unitário de negócios jurídicos translativos, mas não constitutivos.
-
41. De acordo com o Código Civil, a sociedade simples limitada dissolve-se pela
- (A) falência, subsistindo sua personalidade jurídica para fins de liquidação, até que esta se conclua.
 - (B) falência, que implica a imediata extinção da sua personalidade jurídica, independentemente da conclusão da liquidação.
 - (C) deliberação da maioria absoluta dos sócios, desde que se trate de sociedade de prazo indeterminado, subsistindo sua personalidade jurídica para fins de liquidação, até que esta se conclua.
 - (D) deliberação da maioria absoluta dos sócios, desde que se trate de sociedade de prazo determinado, subsistindo sua personalidade jurídica para fins de liquidação, até que esta se conclua.
 - (E) deliberação da maioria absoluta dos sócios, desde que se trate de sociedade de prazo determinado, operando-se a imediata extinção da sua personalidade jurídica, independentemente da conclusão da liquidação.
-
42. Acerca da desconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresária, considere:
- I. Permite que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos sócios da pessoa jurídica, desde que beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.
 - II. Permite, em determinados casos, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores, ainda que não sejam sócios.
 - III. Pode ser determinada com fundamento na mera circunstância de a sociedade integrar um grupo econômico, por ligação de controle ou coligação.
 - IV. Pode ser determinada de ofício, pelo juiz, em processo judicial, ou pelo órgão julgador, em processo administrativo sancionador, independentemente de ordem judicial, desde que garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- De acordo com o Código Civil, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) III e IV.
 - (E) II e III.

**Direito Civil e Direito Penal**

Atenção: As questões de números 43 a 46 referem-se a Direito Civil.

43. De acordo com a Lei de introdução às Normas do Direito Brasileiro, o agente público
- (A) não responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas, nem mesmo em caso de dolo ou de culpa grave.
 - (B) responderá pessoalmente por suas decisões, em caso de dolo ou erro grosseiro, mas não responderá, em nenhuma hipótese, por meras opiniões técnicas.
 - (C) responderá pessoalmente por suas decisões apenas em caso de dolo, podendo responder por suas opiniões técnicas somente em caso de erro grosseiro.
 - (D) responderá pessoalmente por suas decisões e opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.
 - (E) responderá pessoalmente por opiniões técnicas em caso de dolo, mas não responderá, em nenhuma hipótese, por suas decisões.
-
44. De acordo com o Código Civil, os vícios resultantes de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores ensejam a
- (A) nulidade do negócio jurídico, que se sujeita a prazo prescricional.
 - (B) nulidade do negócio jurídico, que se sujeita a prazo decadencial.
 - (C) anulabilidade do negócio jurídico, que se sujeita a prazo prescricional.
 - (D) anulabilidade do negócio jurídico, que se sujeita a prazo decadencial.
 - (E) inexistência do negócio jurídico, que se sujeita a prazo prescricional.
-
45. João, residente em Macapá, é servidor público do município de Santana, onde exerce suas funções, e titular da maioria das quotas de uma sociedade limitada com sede no município de Laranjal do Jari, que é administrada exclusivamente por sua esposa. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, João possui domicílio em
- (A) Macapá, apenas.
 - (B) Macapá e Santana, apenas.
 - (C) Macapá, Santana e Laranjal do Jari.
 - (D) Macapá e Laranjal do Jari, apenas.
 - (E) Santana e Laranjal do Jari, sendo ambos domicílios necessários.
-
46. Acerca da sucessão, considere:
- I. Os irmãos unilaterais só concorrerão à herança à falta de irmãos bilaterais.
 - II. Os descendentes da mesma classe têm os mesmos direitos à sucessão de seus ascendentes.
 - III. Os ascendentes só são chamados à sucessão, em concorrência com o cônjuge ou companheiro sobrevivente, na falta de descendentes e colaterais.
 - IV. Concorrendo apenas com ascendente em segundo grau, ao cônjuge tocará a metade da herança.
- De acordo com o Código Civil, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) III e IV.
 - (E) II e III.

Atenção: As questões de números 47 a 50 referem-se a Direito Penal.

47. Acerca da extinção da punibilidade, o Código Penal e o entendimento dos Tribunais Superiores estabelece:
- (A) No caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, a prescrição é regulada pelo tempo que resta da pena.
 - (B) O curso da prescrição interrompe-se enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime.
 - (C) Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre enquanto o agente cumpre pena por outro delito em território nacional ou no exterior.
 - (D) A prescrição da pena de multa ocorrerá no mesmo prazo estabelecido para prescrição da pena privativa de liberdade quando a multa for a única cominada ou aplicada.
 - (E) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre o total da pena aplicada em conjunto.



48. Considere as hipóteses abaixo:

- I. conselheiro tutelar.
- II. servidor ocupante de cargo em comissão.
- III. mesário eleitoral e jurado em Tribunal do Júri.
- IV. funcionário de empresa contratada para prestar atividade atípica da Administração Pública.
- V. servidores temporários, contratados sem concurso, por tempo determinado.

Para efeitos penais, considera-se funcionário público as hipóteses previstas unicamente em

- (A) I, II, IV e V.
- (B) II, III e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II, III e V.
- (E) II e V.

49. Quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, considera-se em

- (A) legítima defesa.
- (B) estado de necessidade.
- (C) exercício regular de um direito.
- (D) estrito cumprimento de um dever legal.
- (E) discriminante putativa.

50. De acordo com o que estabelece a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e o entendimento dos Tribunais Superiores,

- (A) o elemento subjetivo especial no crime de apropriação indébita tributária (art. 2º, inciso II, da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990) é prescindível, sendo suficiente para a configuração do crime a consciência (ainda que potencial) de não recolher o valor do tributo devido.
- (B) o crime de omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias, tipificado no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, restringe-se às declarações prestadas periodicamente pelo contribuinte aos órgãos fazendários, não abrangendo situações de fiscalização e auditoria, quando se requisita informações ao contribuinte.
- (C) o prazo prescricional do crime contra a ordem tributária se inicia com o início do processo administrativo fiscal, sendo, pois, irrelevante a data em que se deu ou dará o lançamento do crédito tributário.
- (D) não é causa de extinção da punibilidade do acusado o adimplemento do débito tributário após o advento do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- (E) viola a Súmula Vinculante nº 24 do STF o início da investigação criminal de delitos conexos ao crime tributário, quando se dá em momento anterior ao lançamento definitivo do crédito tributário.

Contabilidade Geral

51. A empresa Só Reserva S.A. apresentava, em 31/12/2020, os saldos, em reais, das seguintes contas componentes do seu Patrimônio Líquido:

– Capital Social	2.000.000,00
– Capital Social a Integralizar	300.000,00
– Reserva Legal	120.000,00
– Reserva Estatutária	150.000,00
– Reserva para Expansão	40.000,00

Durante o ano de 2021, os seguintes fatos ocorreram, em ordem cronológica:

- Integralização de R\$ 100.000,00 do Capital Social
- Apuração de lucro líquido no valor de R\$ 600.000,00

O Estatuto Social da empresa estabelece a seguinte destinação do lucro:

- Reserva Estatutária: 20% do lucro líquido
- Reserva para Expansão: 30% do lucro líquido
- Dividendo mínimo obrigatório: 30% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76
- Todo o saldo remanescente será distribuído como dividendos adicionais

Com base nestas informações e sabendo que a Reserva Legal é constituída nos termos da Lei nº 6.404/76, o saldo contábil evidenciado para o Patrimônio Líquido da empresa Só Reserva S.A., em 31/12/2021, foi, em reais,

- (A) 2.839.000,00.
- (B) 2.575.000,00.
- (C) 2.539.000,00.
- (D) 2.530.000,00.
- (E) 2.440.000,00.



52. A Cia. Geada possuía a seguinte estrutura patrimonial em 31/12/2020:

(Valores em reais)

Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	450.000	Passivo Circulante	230.000
Caixa e Equivalentes de caixa	180.000	Fornecedores	230.000
Duplicatas a receber de clientes	220.000		
Estoque	50.000		
Ativo Não Circulante	100.000	Patrimônio Líquido	320.000
Imobilizado (Imóvel X)	150.000	Capital social	320.000
(-) Depreciação acumulada (Imóvel X)	(50.000)		
Total do Ativo	550.000	Total do Passivo + PL	550.000

Durante o ano 2021, a Cia. Geada realizou as seguintes transações:

- Venda do imóvel X em 01/01/2021 por R\$ 120.000,00, à vista
- Pagamento a Fornecedores no valor de R\$ 110.000,00
- Recebimento de Duplicatas a Receber de clientes no valor de R\$ 80.000,00
- Aquisição, em 01/07/2021, de imobilizado no valor de R\$ 70.000,00, sendo 50% à vista e o restante para ser pago em 2022, sem juros. O imobilizado começou a ser utilizado na data da compra, a vida útil estimada do bem é 5 anos e o valor residual esperado é R\$ 10.000,00. A empresa utiliza o método das cotas constantes para cálculo da depreciação
- Recompra de ações de sua própria emissão, em 31/10/2021, com pagamento à vista no valor de R\$ 30.000,00
- Pagamento antecipado ao Fornecedor Gama, no valor de R\$ 60.000,00, por mercadorias a serem entregues em dezembro de 2021
- Recebimento antecipado do cliente Antônio, no valor de R\$ 100.000,00, para que a Cia. lhe entregue produtos em dezembro de 2021
- Recebimento das mercadorias pagas antecipadamente ao Fornecedor Gama
- Entrega em dezembro das mercadorias ao cliente Antônio. O custo das mercadorias entregues foi de R\$ 65.000,00.

Após o reconhecimento das transações acima, o valor total do Ativo da Cia. Geada era, em reais,

- (A) 494.000,00.
- (B) 500.000,00.
- (C) 554.000,00.
- (D) 529.000,00.
- (E) 548.000,00.

53. A empresa Vende & Revende S.A. adquiriu mercadorias para revenda e incorreu nos seguintes gastos durante o ano de 2021:

- Pagamento aos fornecedores das mercadorias: R\$ 780.000,00
- Valor do frete para transporte das mercadorias até a empresa: R\$ 50.000,00 que foram pagos após 30 dias da data da compra
- Pagamento de seguro para transporte das mercadorias até a empresa: R\$ 30.000,00

A empresa obteve durante o ano abatimentos sobre as compras efetuadas no valor de R\$ 20.000,00 e sabe-se que o valor dos tributos recuperáveis era R\$ 90.000,00 e dos tributos não recuperáveis totalizavam R\$ 44.000,00

Sabe-se que a empresa detinha, no início do ano, estoque inicial de mercadorias no valor de R\$ 250.000,00 e que, no final do ano, o saldo apresentado era R\$ 325.000,00

O valor total das mercadorias vendidas em 2021 foi R\$ 1.400.000,00, mas a empresa concedeu desconto de 5% em função dos pagamentos terem sido efetuados à vista. Os tributos incidentes sobre as vendas realizadas totalizaram o valor de R\$ 120.000,00 e, adicionalmente, a empresa incorreu nos seguintes gastos relacionados com as vendas efetuadas:

- Pagamento de frete no valor de R\$ 10.000,00 para a entrega das mercadorias vendidas
- Pagamento de comissão para os vendedores no valor de R\$ 28.000,00

Considerando as informações apresentadas anteriormente, o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) e o valor do Resultado Bruto com Vendas (Lucro bruto) decorrentes das transações de compra e venda de mercadorias no ano de 2021 foram, respectivamente, em reais,

- (A) 750.000,00 e 460.000,00.
- (B) 675.000,00 e 535.000,00.
- (C) 695.000,00 e 495.000,00.
- (D) 675.000,00 e 525.000,00.
- (E) 675.000,00 e 497.000,00.



Atenção: Para responder as questões de números 54 e 55, utilize as informações abaixo.

A tabela a seguir apresenta as aplicações financeiras realizadas pela empresa Só Caixa S.A. no dia 30/11/2021. São apresentadas as características, a forma de mensuração definida pela empresa e os respectivos valores justos para cada aplicação em 31/12/2021:

(Valores em reais)

Valor Aplicado	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros compostos	Valor Justo em 31/12/2021 (R\$)
100.000,00	31/05/2022	Mensuração ao custo amortizado	2% a.m.	103.500,00
200.000,00	31/07/2023	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1% a.m.	201.000,00
150.000,00	31/03/2024	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	1% a.m.	149.000,00

54. O valor total destas aplicações apresentado no Balanço Patrimonial da empresa Só Caixa S.A., em 31/12/2021, foi, em reais,

- (A) 453.500,00.
- (B) 455.500,00.
- (C) 453.000,00.
- (D) 452.000,00.
- (E) 454.500,00.

55. O impacto reconhecido no resultado de dezembro de 2021 da empresa Só Caixa S.A., referente às aplicações financeiras realizadas em 30/11/2021, foi, em reais,

- (A) 3.500,00.
- (B) 5.500,00.
- (C) 3.000,00.
- (D) 2.000,00.
- (E) 4.500,00.

56. A Cia. Devedora está respondendo a alguns processos judiciais e são conhecidas as informações apresentadas na tabela a seguir:

(Valores em reais)

Nº do Processo	Valor reconhecido no passivo em 31/12/2020	Probabilidade de perda considerada em 31/12/2021	Valor estimado da perda em 31/12/2021
1	180.000,00	Possível	140.000,00
2	90.000,00	Provável	120.000,00
3	0,00	Provável	80.000,00
4	0,00	Possível	210.000,00

Com base nestas informações, o impacto reconhecido na Demonstração do Resultado de 2021 e o valor contábil total apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2021 da Cia. Devedora, decorrentes exclusivamente a estes processos, foram, respectivamente, em reais,

- (A) 30.000,00 positivo e 200.000,00.
- (B) 280.000,00 negativo e 550.000,00.
- (C) 70.000,00 positivo e 200.000,00.
- (D) 110.000,00 negativo e 200.000,00.
- (E) 290.000,00 negativo e 550.000,00.



57. São conhecidas as seguintes demonstrações contábeis da Cia Intercambista:

Balço Patrimonial

(Valores em reais)

Ativo	31/12/20	31/12/21	Passivo	31/12/20	31/12/21
Ativo Circulante	295.000	340.000	Passivo Circulante	155.000	75.000
Caixa e Equivalentes	200.000	195.000	Fornecedores	95.000	25.000
Valores a Receber de Clientes	55.000	60.000	Salários a Pagar	25.000	10.000
Estoques	40.000	70.000	Adiantamentos de Clientes	35.000	10.000
Adiantamentos a Fornecedores	-	15.000	Dividendos a Pagar	-	30.000
Ativo Não Circulante	230.000	200.000	Passivo Não Circulante	170.000	187.000
Imobilizado			Financiamentos	170.000	187.000
Terreno	230.000	-			
Equipamentos	-	240.000	Patrimônio Líquido	200.000	278.000
Depreciação Acumulada		(40.000)	Capital Social	200.000	200.000
			Reservas de Lucro	-	78.000
Total do Ativo	525.000	540.000	Total do Passivo + PL	525.000	540.000

Demonstração do Resultado – 01/01/2021 a 31/12/2021

(Valores em reais)

Receita Bruta de Vendas	800.000
(-) Custo dos Produtos Vendidos	<u>(520.000)</u>
(=) Lucro Bruto	280.000
(-) Despesas Operacionais	
Despesas de Salários	(25.000)
Despesas Administrativas	(58.000)
Despesa de Depreciação	(40.000)
Despesas com Vendas	(10.000)
(+) Outras receitas	
Lucro na Venda do Terreno	<u>20.000</u>
(=) Lucro Antes do Resultado Financeiro	167.000
(-) Despesas Financeiras (juros)	<u>(17.000)</u>
(=) Lucro antes do IR e CSLL	150.000
(-) Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(42.000)
(=) Lucro Líquido	108.000

Sabendo que as Despesas Financeiras (juros) não foram pagas e que o valor da venda do terreno foi recebido à vista, o fluxo de caixa gerado pelas Atividades Operacionais da Cia. Intercambista no ano de 2021 foi, em reais,

- (A) 15.000,00, negativo.
- (B) 5.000,00, positivo.
- (C) 15.000,00, positivo.
- (D) 35.000,00, positivo.
- (E) 5.000,00, negativo.



58. A Cia. Lira possuía um ativo intangível com vida útil indefinida (Marca) em seu Balanço Patrimonial, em 31/12/2020, com a seguinte composição:

Custo	R\$ 1.050.000,00
Perda por <i>impairment</i>	R\$ 100.000,00

Durante o mês de dezembro de 2021, a Cia. Lira realizou novo teste de *impairment* do ativo intangível e apurou os seguintes valores:

Valor em uso:	R\$ 921.583,00
Valor justo líquido de despesas de venda	R\$ 758.040,00

Sabe-se que a vida útil do ativo intangível continua indefinida. Dessa forma, a Cia. Lira

- (A) reconheceu um ganho de R\$ 128.417,00.
- (B) não fez registro contábil referente a este ativo.
- (C) reconheceu uma perda por *impairment* de R\$ 28.417,00.
- (D) reconheceu uma perda por *impairment* de R\$ 291.960,00.
- (E) reconheceu uma perda por *impairment* de R\$ 191.960,00.

59. A Cia. Adiantada registrou, em dezembro de 2020, as seguintes transações:

- Prestação de serviço, no valor de R\$ 60.000,00, a ser recebido em março de 2021
- Compra de materiais, no valor de R\$ 10.000,00, pagos à vista e que permaneceram em estoques em dezembro de 2020
- Salários referentes ao mês de dezembro, no valor de R\$ 15.000,00, a pagar em janeiro de 2021
- Adiantamento de clientes de R\$ 20.000,00 por serviço a ser prestado em julho de 2021
- Pagamento de R\$ 20.000,00 a fornecedores
- Aluguéis referentes ao mês de dezembro, no valor de R\$ 3.000,00, a pagar em janeiro de 2021

Com base nessas informações, o resultado da Cia. Adiantada apurado pelo regime de competência e pelo regime de caixa foram, respectivamente,

- (A) Positivo de R\$ 62.000,00 e Negativo de R\$ 30.000,00.
- (B) Positivo de R\$ 42.000,00 e Negativo de R\$ 10.000,00.
- (C) Positivo de R\$ 62.000,00 e Negativo de R\$ 10.000,00.
- (D) Negativo de R\$ 18.000,00 e Negativo de R\$ 30.000,00.
- (E) Positivo de R\$ 22.000,00 e Positivo de R\$ 10.000,00.

60. Em 01/01/2021 uma empresa obteve um empréstimo no valor de R\$ 10.000.000,00 com as seguintes características:

- Prazo total: 5 anos
- Taxa de juros compostos: 9,1% ao ano
- Pagamento do principal e juros: 01/01/2026

Para a obtenção do empréstimo a empresa incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 400.000,00, pagos na data da obtenção do empréstimo, e a taxa de custo efetivo da emissão foi 10,00% ao ano.

O valor dos encargos financeiros decorrentes deste empréstimo reconhecidos no resultado do ano de 2021 e o saldo contábil do empréstimo apresentado no balanço patrimonial em 31/12/2021, foram, respectivamente, em reais,

- (A) 910.000,00 e 10.510.000,00.
- (B) 1.400.000,00 e 11.000.000,00.
- (C) 1.310.000,00 e 10.910.000,00.
- (D) 873.600,00 e 10.473.600,00.
- (E) 960.000,00 e 10.560.000,00.

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2022

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ**
Secretaria de Estado da Administração

Concurso Público para o cargo de Fiscal da Receita Estadual (FRE)

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PRIMEIRA FASE EXAME DE CONHECIMENTOS (PROVAS OBJETIVAS) CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A obra prima de Goethe é o drama trágico Fausto, sobre o mito do homem moderno.

- Verifique se este caderno contém 60 questões, numeradas de 1 a 60. Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Legislação Tributária do Amapá**

1. A Fábrica de Bolachas CVB Ltda. fabrica bolachas que são vendidas a vários atacadistas amapaenses, os quais, por sua vez, as revendem para centenas de varejistas localizados no Estado do Amapá. Caso determinada norma da legislação tributária amapaense estabeleça que o lançamento e pagamento do ICMS incidente sobre essas operações sejam adiados para o momento em que o estabelecimento varejista efetue a venda dessa mercadoria a consumidor final, cabendo ao varejista a responsabilidade pelo pagamento do ICMS incidente sobre todas as operações realizadas, estaremos diante de uma situação jurídico-tributária que a Lei estadual nº 400, de 22 de dezembro de 1997, identifica como sendo de
- (A) não incidência.
 - (B) diferimento.
 - (C) moratória.
 - (D) remissão.
 - (E) reducionismo plurifásico.
-
2. A Indústria Oiapoque Ltda., localizada no Município de Oiapoque/AP, é substituta tributária em relação ao ICMS incidente nas subsequentes operações com mercadorias dentro do Estado do Amapá, relativamente às mercadorias de sua fabricação. O Mercadinho Macapá Ltda., estabelecimento varejista localizado em Macapá/AP, que não aderiu ao regime especial específico para ajuste do imposto pago por substituição tributária, vende à sua clientela os produtos fabricados pela referida indústria.
- De acordo com Decreto nº 2.269, de 24 de julho de 1998, e tendo em conta as operações realizadas com as mercadorias acima referidas,
- (A) caso o Mercadinho Macapá Ltda. promova a saída dessas mercadorias, adotando como base de cálculo valor superior àquele utilizado para a retenção antecipada do ICMS por substituição tributária, caberá à indústria fazer a complementação do imposto devido.
 - (B) caso o Mercadinho Macapá Ltda. promova a saída dessas mercadorias, adotando como base de cálculo valor superior àquele utilizado para a retenção antecipada do ICMS por substituição tributária, caberá ao Mercadinho fazer a complementação do imposto devido, podendo compensá-lo com eventuais valores de imposto a restituir, decorrentes de operações da mesma natureza.
 - (C) o Mercadinho Macapá Ltda. não poderá utilizar crédito fiscal relativamente a essas aquisições, salvo se houver exceções expressas nesse sentido.
 - (D) caso o Mercadinho Macapá Ltda. promova a saída dessas mercadorias, adotando como base de cálculo valor inferior àquele utilizado para a retenção antecipada do ICMS por substituição tributária, caberá ao Mercadinho pleitear a restituição de importância eventualmente paga a mais.
 - (E) caso o Mercadinho Macapá Ltda. promova a saída dessas mercadorias, adotando como base de cálculo valor inferior àquele utilizado para a retenção antecipada do ICMS por substituição tributária, a restituição da importância paga a mais poderá caber tanto à indústria como ao Mercadinho, dependendo de qual deles comprovar ter arcado com o referido encargo tributário.
-
3. Em 2021, a Prefeitura Municipal de Oiapoque/AP, desejando evitar despesas com a aquisição de veículos automotores, optou por alugar, de empresa locadora sediada em Macapá/AP, veículos de carga necessários ao desempenho de tarefas administrativas. Essa Prefeitura decidiu, ainda, comprar uma ambulância que prestará serviços de remoção de doentes, os quais serão gratuitos para aqueles que não puderem pagar por ele. Por fim, uma empresa particular sediada no mesmo Município fez a aquisição de um trator, que vai servir de tração para o "bondinho" que vai levar turistas para conhecer as belezas da cidade.
- Com base nessas informações, no que dispõe o Decreto estadual nº 3.340, de 14 de dezembro de 1995, e considerando que todos os veículos se encontram registrados e licenciados no Amapá, há IPVA a ser pago a esse Estado, relativamente
- (A) aos veículos de carga e ao trator, apenas.
 - (B) aos veículos de carga, à ambulância e ao trator.
 - (C) à ambulância e ao trator, apenas.
 - (D) aos veículos de carga e à ambulância, apenas.
 - (E) ao trator, apenas.
-
4. O Decreto nº 1.173, de 1º de abril de 2016, instituiu o Sistema de Fiscalização Eletrônica Checkin-Gran, estabeleceu os procedimentos de fiscalização do trânsito de mercadorias e deu outras providências.
- Para operacionalizar os procedimentos de controle previstos nesse Decreto, foram instituídos, no âmbito da SEFAZ/AP, diversos documentos, dentre os quais se encontram
- (A) o Documento Auxiliar de Desembaraço Eletrônico (DAD-e), o Selo de Movimentação de Combustíveis Líquidos (SMCL) e a Autorização de Transferência.
 - (B) a Autorização de Transferência de Substâncias Inflamáveis (ATSI), o Termo de Lacre para Vistoria e o Termo de Saída de Unidade de Carga.
 - (C) o Registro Extemporâneo de Ingresso, o Atestado de Ingresso de Mercadoria Eletrônico (AIM-e) e o Registro Especial de Trânsito de Semoventes (RETS).
 - (D) o Termo de Saída de Unidade de Carga, o Atestado de Ingresso de Mercadoria Eletrônico (AIM-e) e o Selo Fiscal de Entrada Eletrônico (SF-e).
 - (E) o Selo de Movimentação de Combustíveis Líquidos (SMCL), o Documento Auxiliar de Desembaraço Eletrônico (DAD-e) e a Autorização de Transferência de Substâncias Inflamáveis (ATSI).



5. De acordo com o Decreto federal nº 517, de 8 de maio de 1992, a entrada de mercadorias estrangeiras na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) far-se-á com suspensão do
- (A) Imposto de Importação, do ICMS e do IPI, apenas.
 - (B) ICMS e do IPI, apenas.
 - (C) ICMS e do Imposto de Importação, apenas.
 - (D) IPI, do ICMS, do Imposto de Importação e do PIS/COFINS.
 - (E) IPI e do Imposto de Importação, apenas.
-
6. Eleodora não tinha descendentes, ascendentes, cônjuge ou companheiro. Em razão disso, por meio de testamento, ela dispôs de todos os seus bens da seguinte maneira:
- I. instituição de usufruto vitalício do apartamento de sua propriedade, localizado em Macapá/AP, a favor de Beatriz e transmissão de sua nua-propriedade a Celso.
 - II. transmissão, para Donizete, do domínio útil de bem imóvel localizado na cidade de Tartarugalzinho/AP.
 - III. instituição de fideicomisso sobre o imóvel em que reside, no Município de Itaubal/AP, a favor de Janete, herdeira fiduciária, que deverá transmiti-lo ao primeiro descendente que Ciro eventualmente venha a ter (prole eventual), e desde que esse descendente venha a se graduar em medicina.
- Tendo Eleodora falecido em junho de 2022, na cidade de Itaubal/AP, de acordo com o disposto na Lei estadual nº 400, de 22 de dezembro de 1997, o ITCD incide nas situações descritas em
- (A) I, apenas.
 - (B) em I e II apenas.
 - (C) em I e III, apenas, sendo que, na situação III, só haverá incidência na substituição fideicomissária.
 - (D) em I, II e III, sendo que, na situação III, haverá incidência tanto na instituição do fideicomisso, como na subsequente substituição fideicomissária, caso ela venha a ocorrer.
 - (E) em II e III, apenas, sendo que, na situação III, só haverá incidência na instituição do fideicomisso.
-
7. Joaquim e Ana, domiciliados em Manaus/AM, prometeram a Alfredo, seu filho, domiciliado em Santana/AP, que lhe doariam o terreno de propriedade do casal, localizado no Município de Ilhéus/BA, se o jovem se formasse engenheiro até o final do ano de 2021. Alfredo, às vésperas da publicação das notas finais, em dezembro de 2021, acreditando firmemente que havia concluído seu curso no prazo, efetuou o pagamento do ITCD devido à unidade federada competente para exigir o imposto sobre essa transmissão, pois, caso contrário, o tabelião amapaense não lavraria a escritura de doação.
- Ocorre, todavia, que, por razões que o próprio Alfredo desconhece, ele não conseguiu nota suficiente para se formar e, como consequência, os pais não efetuaram a doação do imóvel por conta do qual o ITCD havia sido recolhido antecipadamente.
- Diante dessa situação, e com base no disposto na Lei estadual nº 400, de 22 de dezembro de 1997,
- (A) Alfredo poderá pedir a restituição do imposto ao Estado do Amapá, pois o ato ou negócio jurídico que deu causa ao pagamento não se formalizou.
 - (B) o Estado do Amapá não tem nada a restituir a Alfredo.
 - (C) somente Joaquim ou Ana poderá pleitear a restituição do imposto ao Estado do Amapá.
 - (D) Joaquim e Ana deverão pleitear, em conjunto, a restituição do imposto ao Estado do Amapá.
 - (E) Joaquim e Ana só poderão pleitear a restituição do imposto ao Estado do Amapá, se comprovarem que foram eles que efetuaram o pagamento antecipado do ITCD em favor de seu filho.
-
8. A legislação do ICMS permite que a Escrituração Fiscal Digital (EFD) possa ser retificada pelo contribuinte. De acordo com a disciplina estabelecida no Decreto nº 2.269, de 24 de julho de 1998, a retificação
- (A) poderá ser efetuada mediante envio de outro arquivo, para substituição integral do arquivo digital original, ou, excepcionalmente, mediante envio de arquivo digital complementar, nos casos em que a retificação importe aumento do débito do imposto.
 - (B) de EFD de período de apuração que tenha sido submetido ou esteja sob ação fiscal não produzirá efeito antes de sua ratificação pela autoridade fiscal competente, ou por seu superior imediato.
 - (C) não produzirá efeito, quando o débito constante da EFD objeto da retificação tiver sido enviado para inscrição em Dívida Ativa, ainda que a retificação não altere o referido débito.
 - (D) será efetuada, necessariamente, mediante envio de outro arquivo para substituição integral do arquivo digital da EFD regularmente recebido pela administração tributária.
 - (E) de EFD de período de apuração que tenha sido submetido ou esteja sob ação fiscal só poderá ser feita mediante envio de arquivo digital complementar referente à parte da escrituração que eventualmente não esteja abrangida pela ação fiscal.



9. Hélio, proprietário da empresa Sol Ltda., localizada em Santana/AP, conduzindo o caminhão de propriedade dessa mesma empresa, foi até Cuiabá/MT para retirar mercadorias adquiridas de fornecedor da Sol Ltda. e, em seguida, transportá-las até o estabelecimento adquirente. Ocorre, todavia, que, por ocasião do transporte dessas mercadorias com destino à Sol Ltda., não havia o CT-e nem o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte eletrônico (DACTE) para ser apresentado à SUFRAMA.

De acordo com o Convênio ICMS nº 134, de 5 de julho de 2019, a não apresentação desses documentos

- (A) não configurará irregularidade, desde que eles sejam disponibilizados à SUFRAMA ou à Secretaria da Fazenda do Amapá, nos 5 dias úteis que se seguirem à data de entrada dessas mercadorias no estabelecimento da empresa Sol Ltda.
- (B) configurará irregularidade, na medida em que pelo menos um desses dois documentos deve ser apresentado por Hélio à SUFRAMA.
- (C) não configurará irregularidade, desde que sejam disponibilizados à SUFRAMA os dados do veículo transportador e os do próprio Hélio.
- (D) configurará irregularidade, pois a dispensa de exibição desses documentos só alcança o transporte efetuado por transportadores autônomos domiciliados em Macapá/AP ou Santana/AP, e o transporte realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e por empresas de remessa expressa de correspondência, documentos e objetos.
- (E) não configurará irregularidade, desde que eles sejam disponibilizados à Secretaria da Fazenda do Amapá, no prazo fixado em notificação específica, feita por Fiscal da Receita Estadual, para esse fim.

10. O Decreto nº 1.173, de 1º de abril de 2016, estabelece, por meio do Sistema Checkin-Gtran, procedimento específico para a vistoria física e documental de bens e mercadorias procedentes de outras unidades da federação.

De acordo com a disciplina estabelecida por esse decreto,

- (A) no processamento no Sistema Checkin-Gtran, mediante o canal de conferência amarelo, será realizado, pelo agente de fiscalização estadual e por Auditor da Receita Federal, exame documental e físico de mercadoria de procedência estrangeira, com a exigência de documentação necessária ao desembaraço da mercadoria.
- (B) o submetimento dos documentos fiscais eletrônicos das mercadorias e bens procedentes de outra unidade da Federação a processamento no Sistema Checkin-Gtran será feito duas ou três vezes por semana.
- (C) no processamento no Sistema Checkin-Gtran, mediante o canal de conferência azul, a regularidade documental é atestada de forma integralmente manual, ficando autorizado o desembaraço da mercadoria ou bem.
- (D) o processamento no Sistema Checkin-Gtran consiste na seleção manual de carga para conferência, com base nas informações constantes de NF-e ou outro documento que lhe venha substituir, permitida a seleção eletrônica apenas em relação às mercadorias de origem estrangeira.
- (E) no processamento no Sistema Checkin-Gtran, mediante o canal de conferência cinza, será realizado exame documental pelo agente de fiscalização, com a exigência de documentação e verificação física necessária ao desembaraço da mercadoria.

11. Marina e Alfredo, residentes em Minas Gerais, funcionários da Indústria BH Ltda., localizada em Belo Horizonte/MG, foram ao Amapá, a fim de vender para empresa Amapaense objetos de decoração fabricados pela empresa na qual trabalham. Ao retornarem para Belo Horizonte, levaram consigo, em sua bagagem, vários produtos de origem estrangeira, adquiridos em Macapá/AP.

Com base no Decreto federal nº 517, de 8 de maio de 1992,

- (A) a venda dos objetos de decoração de fabricação da empresa de Belo Horizonte para a empresa macapaense é tributada pelo ICMS com alíquota de 4%, sem direito ao crédito desse imposto no estabelecimento destinatário.
- (B) no que se refere aos produtos de origem estrangeira, a bagagem acompanhada será desembarcada com redução de 75% na base de cálculo do ICMS, alíquota zero de IPI e isenção de Imposto de Importação.
- (C) a venda dos objetos de decoração de fabricação da empresa de Belo Horizonte para a empresa macapaense é tributada pelo ICMS com alíquota de 4%, com direito ao crédito desse imposto no estabelecimento destinatário, no período de apuração em que a mercadoria foi adquirida.
- (D) no que se refere aos produtos de origem estrangeira, a bagagem acompanhada será desembarcada com isenção de tributos, observado o mesmo tratamento previsto na legislação aduaneira para a Zona Franca de Manaus.
- (E) a venda dos objetos de decoração de fabricação da empresa de Belo Horizonte para a empresa macapaense é tributada pelo ICMS com alíquota de 4%, com direito ao crédito desse imposto no estabelecimento destinatário, no período de apuração seguinte àquele em que a mercadoria foi adquirida.



12. Germano é proprietário de uma casa de *shows* e de uma empresa que comercializa produtos inflamáveis, localizadas no Estado do Amapá. Relativamente à primeira empresa, ele deve pagar uma taxa estadual mensal; em relação à segunda empresa, ele deve pagar uma taxa estadual anual.
- De acordo com o Decreto nº 7.907, de 29 de dezembro de 2003,
- (A) tratando-se de renovação, a taxa que for devida anualmente deverá ser paga até o último dia do mês seguinte àquele em que o fato gerador tenha sido iniciado.
 - (B) a taxa não paga no prazo regulamentar dará ensejo à cobrança de multa de 75%, quando o pagamento se verificar após 15 dias e até 60 dias subsequentes à data do recebimento do Auto de Infração.
 - (C) tratando-se de renovação, a taxa que for devida mensalmente deverá ser paga até o 5º dia útil do período objeto da renovação.
 - (D) a taxa não paga no prazo regulamentar dará ensejo à cobrança de multa de 25%, quando o pagamento se verificar após o 60º dia subsequente ao término do prazo, tenha sido ou não iniciada ação fiscal.
 - (E) a taxa não paga no prazo regulamentar dará ensejo à cobrança de multa de 15%, quando o pagamento se verificar nos 15 dias subsequentes ao término do prazo, e desde que não tenha sido iniciada ação fiscal.
-
13. De acordo com a disciplina estabelecida no Decreto nº 2.269, de 24 de julho de 1998, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) deverá ser utilizada pelos contribuintes do ICMS,
- (A) em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, e à Nota Fiscal de Produtor, modelo 4, vedada sua utilização, sem amparo em regime especial específico, quando um mesmo sujeito passivo for contribuinte do ICMS e também do IPI.
 - (B) em operações internas, ficando obrigada a emissão da Nota Fiscal, Modelo 1 ou 1-A, quando se tratar de contribuinte de ambos os impostos ou de operações ou prestações interestaduais.
 - (C) em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, e à Nota Fiscal de Produtor, modelo 4, desde que, no caso dos produtores, eles possuam inscrição no CAD/ICMS do Estado do Amapá.
 - (D) em operações internas, ficando obrigada a emissão da Nota Fiscal, Modelo 1 ou 1-A, quando se tratar de operações ou prestações interestaduais.
 - (E) bem como do IPI, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, e à Nota Fiscal de Produtor, modelo 4, vedada sua utilização, em qualquer caso, para documentar operações com mercadorias de origem estrangeira.
-
14. De acordo com o Decreto estadual nº 1.507, de 04 de junho de 2001, o Procurador Fiscal junto ao Conselho Estadual de Recursos Fiscais (CERF)
- (A) poderá assistir e participar das sessões de julgamento do Conselho, bem como requerer diligência ao Presidente ou ao relator, quando o último estiver de posse do processo.
 - (B) exercerá a representação da Fazenda Estadual nesse órgão, juntamente com um Auditor da Receita Estadual e um Fiscal da Receita Estadual, a serem designados pelo Secretário da Fazenda, para período de três anos.
 - (C) não poderá atuar no CERF, caso a prima de sua esposa seja Conselheira desse órgão.
 - (D) poderá recorrer de ofício ao Presidente desse órgão, das decisões do Conselho, unânimes ou não, contrárias à Fazenda, no prazo de 15 dias, contados da data da realização da sessão de julgamento.
 - (E) exercerá a representação da Fazenda Estadual nesse órgão, juntamente com um Fiscal da Receita Estadual, a ser designado pelo Secretário da Fazenda, para período de três anos.
-
15. De acordo com o Convênio ICMS nº 134, de 5 de julho de 2019, o internamento de produtos que ingressarem nas áreas incentivadas, após 120 dias contados a partir da data de emissão da NF-e, poderá ser formalizado perante
- (A) a SUFRAMA e as Secretarias de Fazenda dos estabelecimentos remetente e destinatário, mediante o procedimento denominado diligência de constatação, que consistirá na realização de procedimentos tendentes a identificar a causa do ingresso tardio na área incentivada.
 - (B) a SUFRAMA e a SEFAZ do estabelecimento destinatário, mediante o procedimento excepcional denominado vistoria extemporânea, que consistirá na vistoria documental e física dos produtos ingressados nas áreas incentivadas de que trata este convênio.
 - (C) a SUFRAMA e a SEFAZ do estabelecimento destinatário, mediante o procedimento excepcional denominado diligência de constatação, que consistirá na realização de procedimentos tendentes a identificar a causa do ingresso tardio na área incentivada.
 - (D) a SEFAZ do estabelecimento remetente, mediante o procedimento denominado vistoria técnica, que consistirá na vistoria documental e física dos produtos ingressados nas áreas incentivadas de que trata este convênio.
 - (E) as Secretarias de Fazenda dos estabelecimentos remetente e destinatário, mediante o procedimento excepcional denominado diligência de constatação, que consistirá na realização de procedimentos tendentes a identificar a causa do ingresso tardio na área incentivada.

**Tecnologia da Informação Aplicada à Auditoria Tributária**

Atenção: Para responder às questões de números 16 e 17 utilize as informações abaixo.

Considere as seguintes tabelas relacionais e seus respectivos campos:

Tabela1: CPF-Contribuinte, Nome-Contribuinte, Idade-Contribuinte

Tabela2: CNPJ-Contribuinte, RazaoSocial, UF, CPF-Contribuinte

CPF-Contribuinte e CNPJ-Contribuinte são definidos como Primary-Key, Unique.

16. Com base nessas informações, é correto afirmar:

- (A) A Tabela1 não seria uma entidade no Modelo Entidade-Relacionamento porque o CPF-Contribuinte está em duas tabelas.
- (B) Ambas as tabelas se relacionam em cardinalidade n:m.
- (C) A Tabela1 se relaciona com a Tabela2 na ordem de cardinalidade 1:n.
- (D) A Tabela2 e a Tabela1 podem ser unificadas em uma única tabela relacional normalizada.
- (E) A Tabela1 se relaciona com a Tabela2 na ordem de cardinalidade n:1.

17. O campo

- (A) CNPJ-Contribuinte é considerado chave estrangeira na Tabela1.
- (B) CPF-Contribuinte é considerado chave estrangeira na Tabela2.
- (C) CPF-Contribuinte não é considerado chave estrangeira na Tabela2 porque é *Unique* na Tabela1.
- (D) CPF-Contribuinte é considerado chave estrangeira na Tabela1.
- (E) CNPJ-Contribuinte é considerado chave estrangeira na Tabela2.

18. Usando a linguagem SQL, um fiscal escreveu corretamente, em uma consulta, a expressão `WHERE Nome-Contribuinte LIKE 'p%o'`. Com isso ele obteve nomes de contribuintes como, por exemplo,

- (A) Paulo ou Pedro.
- (B) Augusto e Jordão.
- (C) Paulo ou Paula.
- (D) Álvaro ou Augusto.
- (E) Paula ou Patricio.

19. Considere o Grupo B – Identificação da Nota Fiscal eletrônica, do Sistema Nota Fiscal Eletrônica. De acordo com o leiaute desse grupo, conforme consta no Manual de Orientação do Contribuinte, versão 7.0, o código 55 do modelo do documento fiscal deve ser utilizado para indicar

- (A) uma NF-e emitida em substituição ao modelo 1 ou 1A.
- (B) a natureza da operação de que decorrer a saída ou a entrada de produtos.
- (C) uma NFC-e utilizada nas operações de venda no varejo.
- (D) o tipo de operação de entrada de produtos.
- (E) o tipo de operação interestadual.

20. De acordo com o Guia Prático EFD-ICMS/PII - v. 3.1.0, se a empresa utiliza notas fiscais modelo 1 ou 1A (código 01) e cupom fiscal, deve dispor os registros no arquivo da seguinte forma: para cada documento modelo 1 ou 1A, deve informar um registro C100 e seus respectivos registros "filhos". Logo após, deve informar, por equipamento ECF, juntamente com seus respectivos "Registros Filhos", os registros

- (A) C176.
- (B) C170.
- (C) 0150.
- (D) 0000.
- (E) C400.



21. De acordo com o Leiaute e Regras de Validação da NF-e e da NFC-e do Manual de Orientação do Contribuinte – Versão 7.0, o Grupo D trata
- (A) de Produtos e Serviços da NF-e.
 - (B) de Tributos incidentes no Produto ou Serviço.
 - (C) do Detalhamento de Produtos e Serviços da NF-e.
 - (D) da Identificação do Fisco Emitente da NF-e.
 - (E) da Identificação da Nota Fiscal eletrônica.
-
22. Considere o Guia Prático EFD ICMS IPI - v. 3.1.0.
- Dentro de cada bloco, os registros
- (A) devem ser dispostos de forma sequencial e descendente, conforme estruturados.
 - (B) devem ser dispostos aleatoriamente, desde que referenciem os registros adjacentes.
 - (C) devem ser dispostos de forma sequencial e ascendente, conforme estruturados.
 - (D) devem ser dispostos aleatoriamente, desde que referenciem os primeiros e últimos registros do bloco a que pertencem.
 - (E) mandatários do bloco devem informar quantos registros existem nesse bloco e qual sequência irão obedecer: ascendente ou descendente.
-
23. O Guia Prático EFD-ICMS/IPI - v. 3.1.0 define que o
- (A) registro 0150 representa os totais de registros do tipo 5 e serve de controle de apuração de declarações fiscais ou quaisquer outros itens concernentes às transações fiscais e aos movimentos de estoques em processos.
 - (B) registro C197 trata do arquivamento digital de informações de mercadorias e serviços, sejam de natureza nacional ou internacional, de acordo com a legislação vigente.
 - (C) bloco H representa os relacionamentos entre os registros tipo 9 que registram movimentos de estoques em processos produtivos e os insumos de natureza fiscal oriundos de transações internacionais.
 - (D) registro 0200 objetiva informar mercadorias, serviços, produtos ou quaisquer outros itens concernentes às transações fiscais e aos movimentos de estoques em processos produtivos, bem como os insumos.
 - (E) bloco E registra os resultados obtidos no processo de escrutínio realizado na fiscalização de estabelecimentos comerciais submetidos à malha fiscal, de acordo com a legislação pertinente.
-
24. Fatores de desenho (ou de projeto) são fatores que podem influenciar o projeto do sistema de governança de uma organização e conduzi-lo, com sucesso, no uso estratégico de TI. O COBIT 2019 define que eles podem ser qualquer combinação dos seguintes elementos, por exemplo: Estratégia Organizacional, Objetivos Organizacionais, Perfil de Risco da organização, Problemas relacionados à TI, Cenário de Ameaças, Requisitos de Conformidade, dentre outros, onde um deles é o Modelo de Provimento de TI, que pode ser classificado como
- (A) Métodos Ágeis, DevOps e Tradicional.
 - (B) Terceirização, Nuvem e Desenvolvimento Interno.
 - (C) Pioneiro, Seguidor e Adoção Tardia.
 - (D) Pequeno, Médio e Grande.
 - (E) Baixo, Alto e Normal.
-
25. Dentre os doze Princípios do Manifesto Ágil, incluem-se:
- (A) respeito ao cliente, economia de recursos e paralelismo.
 - (B) resiliência, motivação e trabalho em pares.
 - (C) simplicidade, motivação e paralelismo.
 - (D) especificidade, longevidade do *software* e prazos curtos.
 - (E) funcionalidade, satisfação do cliente e trabalho em conjunto.
-
26. Considere as seguintes especificações de requisitos de *software*:
- I. O sistema deve calcular a dívida do contribuinte aplicando a alíquota de 15% quando o lucro ultrapassar o teto de contribuição.
 - II. O tempo de resposta da consulta à dívida ativa da empresa não deve ultrapassar os 13 ms em situações normais de processamento.
 - III. O SLA (Acordo de Nível de Serviço) com o contribuinte consulente deve prever jornada de 24 horas/dia × 7 dias por semana.
 - IV. A tela de consulta à dívida ativa só pode ser acessada mediante *login* e senha corretos correspondentes àqueles designados ao CNPJ do contribuinte consulente.
- Esses requisitos são, correta e respectivamente, dos tipos
- (A) funcional, não funcional, não funcional e funcional.
 - (B) funcional, técnico, de sistema e não funcional.
 - (C) não funcional, não funcional, técnico e de sistema.
 - (D) não funcional, de usuário, técnico e funcional.
 - (E) funcional, técnico, de usuário e não funcional.



27. Considere a contagem de Pontos de Função (PF) para três Arquivos Lógicos Internos (ALI), que possuem as seguintes especificações:

- I. 4 TD e 1 TR.
- II. 7 TD e 2 TR.
- III. 8 TD e 2 TR.

Dado:

TD = Tipos de Dados

TR = Tipos de Registro

Dado que complexidades funcionais baixas equivalem a 7 pontos, médias a 10 pontos e altas a 15 pontos, a contribuição total em PF desses três ALIs é de

- (A) 27.
- (B) 30.
- (C) 22.
- (D) 21.
- (E) 32.

28. Considere os Componentes das Áreas de Processo do CMMI versão 1.3. Trata-se de um componente do tipo requerido e de um do tipo informativo, correta e respectivamente,

- (A) *Specific Goals* e *Generic Goals*.
- (B) *Subpractices* e *Specific Goals*.
- (C) *Generic Goals* e *Typical Work Products*.
- (D) *Related Process Areas* e *Generic Practices Elaborations*.
- (E) *Specific Practices* e *Generic Goals*.

29. No MPS.BR 2021, os modelos MPS estão descritos por meio de documentos em formato de guias que se referem a

- (A) *Software*, Requisitos, Gestão de Ativos e Terceirização.
- (B) *Software*, Serviços, Gestão de Pessoas e Avaliação.
- (C) Infraestrutura, Serviços, Gestão de Ativos e Gestão de Pessoas.
- (D) Infraestrutura, *Software*, Gestão de Pessoas e Automação.
- (E) Infraestrutura, *Software*, Segurança da Informação e Terceirização.

30. Para proteger as informações e a comunicação de dados que circulam em redes de computadores, o processo criptográfico tem por objetivo

- (A) a autenticação, a confidencialidade, o *hashing* e a temporização.
- (B) a sanitização de dados, a integridade, a temporização e o não repúdio.
- (C) o protecionismo, a confidencialidade, a verificação e a integridade.
- (D) a temporização, a autenticação, o não repúdio e a informatização.
- (E) a autenticação, a confidencialidade, o não repúdio e a integridade.

Contabilidade Avançada e Contabilidade de Custos

31. Em 31/12/2020, a empresa Corte & Costura S.A. praticava a taxa de juros de 15% ao ano nas suas vendas a prazo e, nessa data, realizou as seguintes vendas de mercadorias:

- Vendas à vista no valor de R\$ 4.000.000,00.
- Vendas a prazo no valor nominal de R\$ 1.380.000,00 para ser recebido integralmente em 31/12/2021.

Com base nestas informações, a empresa Corte & Costura S.A. deveria reconhecer

- (A) Receita de Vendas no valor de R\$ 5.200.000,00 no resultado do ano de 2020 e Receita Financeira no valor de R\$ 180.000,00 no resultado do ano de 2021.
- (B) Receita de Vendas no valor de R\$ 4.000.000,00 no resultado do ano de 2020 e Receita de Vendas no valor de R\$ 1.380.000,00 no resultado do ano de 2021.
- (C) Receita de Vendas no valor de R\$ 5.173.000,00 no resultado do ano de 2020 e Receita Financeira no valor de R\$ 207.000,00 no resultado do ano de 2021.
- (D) Receita de Vendas no valor de R\$ 5.380.000,00 no resultado do ano de 2020 e Receita Financeira no valor de R\$ 1.380.000,00 no resultado do ano de 2021.
- (E) Receita de Vendas no valor de R\$ 5.200.000,00 no resultado do ano de 2020 e Receita de Vendas no valor de R\$ 180.000,00 no resultado do ano de 2021.



Atenção: Considere as informações a seguir para responder às questões de números 32 e 33.

A Cia. Controladora adquiriu, em 01/01/2021, 80% das ações da Cia. Tudo Azul por R\$ 6.200.000,00 à vista e passou a deter o seu controle. Na data da aquisição, o valor contábil do Patrimônio Líquido da Cia. Tudo Azul era R\$ 5.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis dessa Cia. era R\$ 7.000.000,00, sendo que a diferença era decorrente de um terreno que a Cia. Tudo Azul havia adquirido anteriormente e estava contabilizado pelo valor de custo.

No período de 01/01/2021 a 31/12/2021, a Cia. Tudo Azul reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro líquido do ano de 2021: R\$ 300.000,00
- Distribuição de dividendos: R\$ 100.000,00
- Ajustes acumulados de conversão de investida no exterior: R\$ 80.000,00 (positivo)

32. Com base nestas informações e sabendo que a Cia. Tudo Azul não alienou o terreno, a Cia. Controladora reconheceu, na Demonstração do Resultado de 2021,

- (A) Resultado de Equivalência Patrimonial de R\$ 160.000,00 e Receita de Dividendos de R\$ 80.000,00.
- (B) Resultado de Equivalência Patrimonial de R\$ 160.000,00.
- (C) Resultado de Equivalência Patrimonial de R\$ 224.000,00.
- (D) Resultado de Equivalência Patrimonial de R\$ 240.000,00 e Receita de variação cambial de R\$ 64.000,00.
- (E) Resultado de Equivalência Patrimonial de R\$ 240.000,00.

33. Sabendo que a Participação dos Não Controladores foi avaliada pela parte que lhes cabe no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da adquirida e que não houve reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), a Cia. Controladora, ao elaborar as Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31/12/2021, reconheceu como intangível, correspondente ao Ágio pago por Expectativa de Rentabilidade Futura na aquisição de controladas, o valor, em reais, de

- (A) 600.000,00.
- (B) 1.200.000,00.
- (C) 1.600.000,00.
- (D) 2.200.000,00.
- (E) 800.000,00.

34. A empresa Indústria Pesada S.A. produz um único produto e incorreu nos seguintes gastos durante o mês de julho de 2022 para a produção integral de 2.000 unidades:

Custos fixos: R\$ 42.000,00

Custos variáveis:

- Matéria-prima: R\$ 18,00/unidade
- Mão de obra direta: R\$ 8,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 6.000,00

Despesas variáveis: R\$ 4,00/unidade

Comissões de venda: 10% do preço de venda

As seguintes informações adicionais são conhecidas:

- Preço de venda: R\$ 200,00/unidade
- Impostos sobre a Venda: 10% da receita de vendas
- Quantidade vendida: 700 unidades

Sabendo que a empresa Indústria Pesada S.A. utiliza o Custeio por Absorção, o custo unitário da produção do período foi, em reais,

- (A) 26,00.
- (B) 30,00.
- (C) 50,00.
- (D) 47,00.
- (E) 54,00.



35. A Cia. Patins produz um único modelo de patins, com a seguinte estrutura de custos:

- Preço bruto unitário de vendas: R\$ 560,00
- Impostos sobre vendas: 10% sobre a receita bruta
- Custos variáveis: R\$ 230,00 por unidade
- Despesas fixas: R\$ 296.000,00 por mês
- Custos fixos: R\$ 800.000,00 por mês

Com base nessas informações, o ponto de equilíbrio contábil mensal da Cia. Patins, em número de unidades, é

- (A) 2.920.
- (B) 4.000.
- (C) 1.081.
- (D) 3.322.
- (E) 2.425.

Direito Tributário

36. A União, pretendendo tornar mais ágil e eficaz a fiscalização tributária, enviou para o Congresso Nacional projeto de lei ordinária federal alterando normas gerais atinentes a lançamento e decadência tributários.

Tal proposta é

- (A) inconstitucional em relação ao lançamento tributário, mas não em relação à decadência tributária.
- (B) constitucional, desde que haja regulamentação posterior pelos demais entes da Federação por decreto incorporando as alterações.
- (C) constitucional, desde que haja Resolução do Senado Federal no mesmo sentido da proposta.
- (D) inconstitucional, tanto em relação ao lançamento tributário, como em relação à decadência tributária.
- (E) constitucional, desde que haja posterior internalização pelos demais entes da Federação por meio de suas leis ordinárias.

37. Determinado Município, pretendendo recompor perdas na arrecadação tributária ocorridas no período da pandemia, em 2019 e 2020, resolveu, por meio de lei ordinária municipal, publicada no Diário Oficial do Município, em 29 de dezembro de 2021 (quarta-feira), instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, devendo sua cobrança ser feita na fatura de consumo da energia elétrica.

Nessa hipótese, esses fatos geradores serão alcançados pela referida contribuição

- (A) a partir de 01 de janeiro de 2022 em respeito à anterioridade.
- (B) a partir de 30 de dezembro de 2021, dia útil seguinte à sua instituição.
- (C) após 90 dias contados da sua instituição.
- (D) retroativamente aos dois últimos anos de sua instituição devido às perdas de arrecadação tributária na pandemia.
- (E) a partir de 29 de dezembro de 2021, data de sua instituição.

38. Instituição religiosa adquire cinco automóveis importados, de alto valor, para uso exclusivo no transporte de seus dirigentes, às celebrações semanais, na sua sede, na capital de determinado Estado; vinte veículos nacionais populares, para uso exclusivo no transporte de religiosos às celebrações em cidades do interior do Estado; e dois ônibus de fabricação nacional, para uso exclusivo no transporte coletivo de religiosos também aos locais de celebração.

Considerando que o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) incide sobre a propriedade dos veículos citados, devem ter a imunidade do IPVA reconhecida os

- (A) veículos nacionais populares, os importados e os ônibus.
- (B) veículos nacionais populares, somente.
- (C) automóveis nacionais que transportam os celebrantes, somente.
- (D) ônibus destinados a transporte coletivo, somente.
- (E) automóveis importados que transportam os dirigentes para as celebrações religiosas, somente.



39. Joaquim da Silva, viúvo, domiciliado e residente em Macapá/AP, faleceu enquanto visitava sua tia Maria, domiciliada e residente no Rio de Janeiro, a quem havia doado, meses antes do óbito, R\$ 100.000,00 em dinheiro e um imóvel de sua propriedade, localizado em São Paulo.

Por ocasião de seu falecimento, Joaquim deixou a José, seu único filho e herdeiro, a título de herança, dois imóveis localizados no Amapá, um imóvel localizado em Roraima e R\$ 200.000,00 depositados em conta corrente, em agência bancária de Salvador/BA.

O inventário judicial de Joaquim tramitou no Estado do Amapá.

Com base nestas informações, na Constituição Federal e considerando ausentes quaisquer normas isentivas, o sujeito ativo do imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos será, relativamente à

- (A) doação dos R\$ 100.000,00: Rio de Janeiro.
- (B) doação do imóvel em São Paulo: São Paulo.
- (C) herança do imóvel em Roraima: Amapá.
- (D) herança dos imóveis no Amapá: Rio de Janeiro.
- (E) herança dos R\$ 200.000,00: Bahia.

40. Manoel Salles faleceu, deixando esposa, três filhos e uma herança composta por apenas três veículos automotores, todos eles com débitos de IPVA relativos a vários exercícios. Por ocasião da realização do inventário e partilha desses bens, a viúva e os herdeiros ficaram em dúvida quanto à responsabilidade de cada um deles pelo valor do IPVA e das respectivas multas decorrentes dessa falta de pagamento.

Nesse caso,

- (A) os herdeiros são pessoalmente responsáveis, mesmo que o valor dos tributos e das penalidades devidos ultrapasse o valor do quinhão recebido por cada um.
- (B) a viúva é pessoalmente responsável pelo valor total dos tributos e das penalidades devidos, mesmo que o valor total devido ultrapasse o valor da meação por ela recebida, enquanto os herdeiros são subsidiariamente responsáveis, na medida do quinhão recebido por cada um.
- (C) com o falecimento de Manoel, dá-se a remissão da totalidade do crédito tributário devido e não pago.
- (D) os herdeiros são pessoalmente responsáveis pelo valor total dos tributos e das penalidades devidos, mesmo que o valor total devido ultrapasse o valor do quinhão recebido por cada um, e a viúva é subsidiariamente responsável, na medida da meação por ela recebida.
- (E) o espólio é responsável pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da abertura da sucessão.

41. Em procedimento de fiscalização ocorrido em junho de 2022, em determinada empresa que se encontrava em precária situação financeira, Fiscal da Receita Estadual fiscaliza a atividade do contribuinte em relação à ocorrência dos fatos geradores do ano de 2019.

Nova lei, referente aos fatos geradores fiscalizados, foi introduzida em 01 de janeiro de 2020, com vigência imediata, observados os princípios constitucionais aplicáveis, revogando-se a lei anterior.

A legislação também foi alterada, em 01 de janeiro de 2020, com vigência imediata, para introduzir novos critérios de fiscalização e outorgar ao crédito tributário maiores garantias, com a inclusão de terceiros responsáveis.

Tendo em vista estes fatos e com fundamento no CTN, a legislação a ser aplicada pelo Fiscal da Receita Estadual, respectivamente, quanto **(I)** à realização dos fatos geradores; **(II)** aos novos critérios de fiscalização e **(III)** à ampliação de garantias com inclusão de terceiros responsáveis está expressa, no quadro a seguir, em:

	(I)	(II)	(III)
A	lei vigente em 2019	legislação vigente em 2019	legislação vigente em 2019
B	lei vigente em 2019	legislação vigente em 2019	legislação vigente em 2020
C	lei vigente em 2019	legislação vigente em 2020	legislação vigente em 2019
D	lei vigente em 2020	legislação vigente em 2020	legislação vigente em 2019
E	lei vigente em 2020	legislação vigente em 2019	legislação vigente em 2019

42. Três empresas, **A**, **B** e **C**, do mesmo grupo econômico foram notificadas da lavratura de autos de infração, com a constituição de créditos tributários por meio de lançamento de ofício.

Em consulta ao advogado tributarista da empresa, resolveu-se o seguinte: pagar o débito exigido referente à empresa **A**, tendo em vista seu pequeno valor; parcelar o débito exigido referentemente à empresa **B**, tendo em vista seu valor elevado e pelo reconhecimento do cometimento da infração imputada a essa empresa; e impugnar administrativamente a exigência referente à empresa **C**, tendo em vista seu alto valor e a possibilidade jurídica de seu cancelamento.

Diante dessa situação,

- (A) **A** e **B** tiveram seus créditos extintos.
- (B) **A** e **C** tiveram seus créditos suspensos.
- (C) **B** teve seu crédito excluído e **C**, suspenso.
- (D) **A** teve seu crédito extinto e **B**, suspenso.
- (E) **B** teve seu crédito extinto e **C**, suspenso.



43. Empresa de aviação brasileira adquiriu duas aeronaves a jato, novas, da EMBRAER, sendo o jato **A** destinado às viagens internacionais e o jato **B** a viagens nacionais.

A aquisição destes jatos foi feita por meio de contrato de arrendamento mercantil, com início em janeiro de 2018 e término em junho de 2022, havendo cláusula de aquisição definitiva opcional ao término do contrato.

Concluído o prazo de vigência do contrato, em junho de 2022, a empresa de aviação exerceu seu direito de aquisição definitiva do jato **A**, por seu valor residual, mas não do jato **B**.

Considerando a operação de venda da aeronave **A**, ao final do contrato de arrendamento, bem como a operação de arrendamento da aeronave **B**, e tendo como base o disposto na Lei Complementar nº 87/96, a incidência do ICMS

- (A) ocorre em relação às aeronaves **A** e **B**, no exercício de 2018.
- (B) ocorre em relação à aeronave **A**, mas não ocorre em relação à aeronave **B**.
- (C) não ocorre em relação à aeronave **A**, nem em relação à aeronave **B**.
- (D) não ocorre em relação à aeronave **A**, mas ocorre em relação à aeronave **B**.
- (E) ocorre em relação às aeronaves **A** e **B**, no exercício de 2022.

44. Transportadora paulista é contratada para levar 120 geladeiras de fábrica localizada em Barueri/SP para Salvador/BA por meio terrestre.

Na pressa em iniciar o transporte o motorista do caminhão contratado não pegou a Nota Fiscal das mercadorias transportadas; trazendo consigo somente o Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas correspondente.

Ao ser parado pela fiscalização de trânsito estadual no Espírito Santo, por mais que tenha insistido com o fiscal de que o transporte teve seu início no Estado de São Paulo com destino final Salvador/BA, como indicado no Conhecimento de Transportes, recebeu auto de infração cobrando ICMS e multa devidos ao Espírito Santo por transportar mercadorias desacompanhadas de documento fiscal.

O Fiscal capixaba também arbitrou os valores das mercadorias no cálculo do débito fiscal exigido no auto de infração.

Com base na situação relatada e na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, quanto à indicação do Estado do Espírito Santo como Sujeito Ativo no auto de infração e ao arbitramento efetuado, a fiscalização

- (A) agiu corretamente no seu procedimento, podendo o valor arbitrado ser contestado na seara administrativa ou judicial.
- (B) agiu corretamente quanto ao Sujeito Ativo, mas não quanto ao arbitramento.
- (C) equivocou-se, tendo em vista que o Sujeito Ativo do ICMS das mercadorias seria o Estado de São Paulo, pois ali se deu o início da prestação do serviço de transporte, como indicado no Conhecimento de Transporte. O procedimento quanto ao arbitramento está correto.
- (D) equivocou-se, tendo em vista que Sujeito Ativo do ICMS das mercadorias seria o Estado da Bahia, pois ali se daria o término da prestação do serviço de transporte, como indicado no Conhecimento de Transporte. O procedimento quanto ao arbitramento está correto.
- (E) agiu corretamente no seu procedimento, não podendo o valor arbitrado ser contestado na seara administrativa.

45. Incêndio atinge grande parte de empresa que atua na revenda de computadores. Do seu estoque total de 45 computadores, adquiridos recentemente, e escriturados com crédito de ICMS em sua escrita fiscal, 5 foram salvos e enviados à seguradora, 10 permaneceram intactos e foram vendidos a preço de custo dois dias após o incêndio e os 30 restantes foram totalmente danificados.

Com base nestas informações e na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, haverá cobrança de ICMS em relação a

- (A) 45 computadores e nenhum estorno de crédito.
- (B) 10 computadores e estorno de crédito referente a 35 deles.
- (C) 15 computadores e estorno de crédito referente a 30 deles.
- (D) 5 computadores e estorno de crédito referente a 40 deles.
- (E) 20 computadores e estorno de crédito referente a 25 deles.

46. A denominada guerra fiscal do ICMS tem origem no descumprimento por determinados Estados da prescrição constitucional da obrigatoriedade de haver deliberação dos Estados e do Distrito Federal na concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais.

A Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, que dispõe sobre convênios para a concessão de isenções e incentivos fiscais do ICMS, prevê a

- (A) ratificação de Convênios, que deve ser feita por Decreto do Executivo do Estado interessado.
- (B) concessão de créditos presumidos, considerada incentivo fiscal, e a devolução total de tributo a contribuinte, assim não considerada.
- (C) ratificação de Convênios ICMS, que deve ser feita por lei ordinária estadual.
- (D) ratificação de Convênios ICMS, que deve ser feita por lei complementar estadual.
- (E) ratificação de Convênios ICMS, que deve ser feita por lei complementar federal.



47. Vereador, na intenção de resolver a inadimplência no pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) de seu Município envia à Câmara Municipal projeto de lei que condiciona o recebimento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de seus municípios ao pagamento dos eventuais débitos de ISSQN em atraso.

No caso de aprovação desta lei, municípios inconformados pretendem recorrer ao judiciário para efetuar o pagamento do seu IPTU em dia, sem ter necessariamente que quitar concomitantemente eventuais débitos em atraso de ISSQN.

É medida jurídica adequada ao caso:

- (A) Transação.
- (B) Consignação em pagamento.
- (C) Parcelamento.
- (D) Compensação.
- (E) Moratória.

48. Determinados Estados, buscando desenvolver sua economia, concederam por lei ordinária estadual, sem suporte em convênio firmado com base na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, benefícios fiscais referentes ao ICMS na realização de operações interestaduais com determinadas mercadorias àquelas empresas que neles se estabeleceram.

Em decorrência, centenas de adquirentes das mercadorias em operações interestaduais, cujas empresas remetentes se utilizaram destes benefícios fiscais, foram autuadas pelos fiscos dos Estados de destino, com a constituição por lançamento de ofício de crédito tributário de alto valor, tendo se tornado um problema nacional denominado "Guerra Fiscal do ICMS" travada entre os Estados.

Neste contexto, a Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, no que se refere à forma normativa da deliberação sobre remissão de créditos tributários e reinstituição de isenções, estabeleceu:

- (A) Convênio, nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, celebrado e ratificado por unanimidade das unidades federadas.
- (B) Leis ordinárias estaduais.
- (C) Leis complementares estaduais.
- (D) Convênio, nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, mas celebrado e ratificado por maioria de 2/3 das unidades federadas e 1/3 das integrantes de cada uma das 5 regiões do país.
- (E) Convênio, nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, mas celebrado e ratificado por maioria de 2/3 das unidades federadas e por maioria simples das integrantes de cada uma das 5 regiões do país.

49. De acordo com a Constituição Federal, normas relativas a critérios especiais de tributação, com objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, bem como normas de igual objetivo, mas que não veiculem tais critérios, poderão ser estabelecidas, respectivamente, por meio de

- (A) Lei complementar e Decreto do executivo federal.
- (B) Lei ordinária federal e Resolução do Senado Federal.
- (C) Resolução do Senado Federal e Decreto legislativo.
- (D) Lei ordinárias federais, estaduais, municipais e do DF.
- (E) Lei complementar e Lei ordinária federal.

50. De acordo com a Constituição Federal, o veículo normativo próprio para o estabelecimento de alíquota mínima para o IPVA, em âmbito nacional, é

- (A) o Decreto do Executivo estadual.
- (B) a Resolução do Senado Federal.
- (C) o Decreto legislativo.
- (D) a Lei complementar estadual.
- (E) a Lei complementar federal.

**Auditoria Tributária**

51. A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público (Estrutura Conceitual)
- (A) estabelece que seus conceitos fundamentam a elaboração e a divulgação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público e do Setor Privado, os quais devem ser elaborados com base no regime de caixa, ou de competência quando expressamente indicado.
 - (B) define que os requisitos obrigatórios relacionados ao reconhecimento, mensuração e apresentação das transações e outros eventos e atividades evidenciados nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público são especificados na própria norma conceitual, afastando a aplicação de quaisquer conceitos descritos em outras normas contábeis.
 - (C) informa que os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público são os componentes centrais da transparência da informação contábil dos governos e de outras entidades do setor público, aprimorando-a e favorecendo-a.
 - (D) estabelece que os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público são relatórios contábeis elaborados para atender às necessidades de determinados grupos de usuários, podendo também atender a finalidades ou necessidades dos usuários em geral.
 - (E) aplica-se às empresas estatais, de direito público ou privado, em especial às empresas controladas que recebem do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal, despesas de custeio em geral ou despesas de capital, inclusive as que recebem apenas recursos provenientes de aumento de participação acionária.
-
52. Conforme a NBC TA 200 (R1), ao conduzir a auditoria contábil, os objetivos gerais do auditor são
- (A) obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro; e apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se como exigido pelas NBCs TA, em conformidade com o constatado.
 - (B) obter elevada segurança de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de qualquer distorção, fraude ou erro; e apresentar relatório para comunicar os resultados obtidos, depois de revisado e aprovado pela empresa contratante.
 - (C) se abster de emitir quaisquer opiniões; e apresentar relatório para a empresa contratante com os resultados objetivos encontrados, deixando de citar eventuais erros ou fraudes.
 - (D) aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários; e não permitir que boatos, evidências ou fatos relativos a distorções, erros ou fraudes sejam divulgados a terceiros.
 - (E) expressar sua opinião sobre os resultados patrimoniais e financeiros da empresa, no presente e no futuro; e aumentar o grau de confiança por parte dos clientes, fornecedores e investidores.
-
53. Existe uma NBC TA específica que se aplica quando o auditor independente decide usar amostragem na execução de procedimentos de auditoria. Segundo esta norma,
- (A) amostragem em auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria em menos de dez por cento dos itens de uma população qualquer para fins de auditoria, de maneira que as unidades selecionadas tenham chance elevada de comprovar que as demonstrações contábeis estão consistentes.
 - (B) risco de amostragem é o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, pudesse ser diferente se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.
 - (C) ao definir uma amostra de auditoria, o auditor deve se abster de considerar a finalidade do procedimento de auditoria e as características da população da qual será retirada a amostra, e ser neutro, imparcial e objetivo.
 - (D) distorção tolerável é a aplicação do princípio da significância na execução da auditoria, e pode ter o valor igual ou superior ao valor da materialidade específica.
 - (E) o tamanho da amostra pode ser determinado mediante aplicação de fórmula com base em estatística ou pode ser aleatoriamente definido, mediante sorteio em computador de uso do auditor profissional.
-
54. Conforme a NBC TA 200 (R1), que trata das responsabilidades gerais do auditor independente, a evidência de auditoria
- (A) é dispensável para sustentar a opinião e o relatório do auditor profissional.
 - (B) é de natureza instantânea e primariamente obtida a partir de informações fornecidas pela administração da empresa antes do início da auditoria.
 - (C) abrange informações que sustentam e corroboram as afirmações da administração e informações que contradizem tais afirmações.
 - (D) deve ser obtida do modo que for possível e em quantidade abundante, e sua coleta e avaliação devem representar a segunda maior parte do trabalho do auditor na formação de sua opinião, atrás apenas do tempo gasto na elaboração de relatórios.
 - (E) deve ser obtida em especial fora da empresa, sendo que os registros contábeis da entidade são uma fonte secundária de evidência de auditoria, dado o risco de serem falsos.



55. A NBC TA 240 (R1) dispõe sobre fraude no contexto de auditoria contábil. Conforme a citada norma,
- (A) a principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é do auditor independente e, em seguida, dos responsáveis pela governança e administração da entidade.
 - (B) o risco do auditor não detectar uma distorção relevante cometida por empregados é maior do que no caso de fraude decorrente de fraude da administração, porque a administração dificilmente tem condições de acessar diretamente os registros contábeis.
 - (C) o risco de não ser detectada uma distorção relevante decorrente de erro é mais alto do que o risco de não ser detectada uma fraude decorrente de fraude.
 - (D) o auditor que realiza auditoria de acordo com as normas de auditoria é responsável por obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, não contêm distorções relevantes, causadas por fraude ou erro.
 - (E) o auditor deve manter-se tranquilo durante a auditoria, tendo em mente que procedimentos de auditoria têm elevada eficácia na detecção de distorções relevantes decorrentes de fraudes e de erros.
-
56. No decorrer de uma auditoria em empresa comercial, a autoridade tributária constatou a ocorrência de saldo credor de caixa. Um evento passível de explicar tal descoberta seria a
- (A) compra de veículo, para uso do sócio, sem os registros contábeis do recebimento do veículo e da saída de caixa.
 - (B) ausência de lançamento contábil das despesas de depreciação de máquinas e equipamentos da empresa.
 - (C) venda de mercadorias, em espécie, sem o registro contábil dos valores recebidos na conta caixa.
 - (D) distribuição disfarçada de lucros aos sócios, em espécie, sem registrar na conta caixa o evento contábil.
 - (E) omissão de lançamento das despesas bancárias com tarifas e juros pagos nas contas adequadas.
-
57. Manuel, durante a realização de auditoria de demonstrações contábeis, identificou indícios de fraude em determinado evento de suprimento de caixa. Conforme a NBC TA 240 (R1), Manuel deve
- (A) aceitar os registros e os documentos como legítimos.
 - (B) examinar, ao identificar tal indício de distorção relevante decorrente de fraude, os registros de estoque da entidade para ajudar na contagem dos estoques físicos.
 - (C) responder aos riscos identificados de distorção relevante decorrente de fraude, por exemplo, designando mais pessoas, dentre os estagiários e pessoas em treinamento, para analisar o caso.
 - (D) tratar a informação com completo sigilo e evitar que o assunto seja levado à atenção de qualquer pessoa da administração da entidade, até a publicação do relatório final da auditoria.
 - (E) fazer indagações à administração e a outros responsáveis da entidade, conforme apropriado, para determinar se eles têm conhecimento de quaisquer casos reais, suspeitas ou indícios de fraude, que afetem a entidade.
-
58. O auditor responsável pela auditoria da entidade Casa das Cortinas Ltda. entende ser adequado utilizar procedimento de confirmação externa.
- A NBC TA 330 (R1) elenca expressamente situações em que os procedimentos de confirmação externa podem fornecer evidência de auditoria relevante em resposta aos riscos identificados de distorção relevante, entre as quais
- (A) saldos e prazos de contas a receber.
 - (B) atualização a valor presente de contas a receber.
 - (C) aquisição de mercadorias não contabilizadas com pagamento em espécie.
 - (D) avaliação a valor justo de investimentos em outras empresas.
 - (E) lides judiciais passivas da entidade geridas por advogados externos.
-
59. Antônio, autoridade tributária competente para fiscalizar e lançar ICMS no Estado do Amapá, no âmbito de levantamento fiscal realizado na Empresa Vende Mais Ltda., não optante pelo Regime do Simples Nacional, cuja atividade principal é a compra e venda de mercadorias no Estado, constatou a ocorrência de baixa fictícia de títulos a receber, de fato ainda não recebidos.
- Conforme a legislação estadual relativa ao ICMS e as normas contábeis da NBC, respectivamente, a constatação de baixa fictícia de títulos a receber
- (A) não afeta o valor do imposto a pagar e deve ser considerada como de baixa materialidade.
 - (B) permite presumir a ocorrência de operação tributada pelo ICMS e pode ser indício de fraude nos registros contábeis.
 - (C) leva o contribuinte a ser classificado de ofício no Regime do Simples Nacional e ao início de auditoria com auditor independente.
 - (D) torna a escrita fiscal não revestida das formalidades legais e o auditor deve considerar a realização de avaliação a preço justo do saldo da conta fornecedores do passivo.
 - (E) obriga o auditor a arbitrar o valor das operações de entrada a prazo e a avaliar a conta fornecedora a valor presente.
-
60. A empresa Bem Barato Ltda. tinha em estoque cinco máquinas de lavar roupa da marca Bem Boa. Como a empresa precisava melhorar os índices de liquidez, o gerente da empresa, após vender uma máquina por mil reais à vista, em dinheiro, escriturou na contabilidade que tinha realizado a venda de cinco máquinas, sendo uma à vista, e quatro a prazo, fazendo os correspondentes lançamentos nas contas estoque, caixa e clientes, entre outras. Logo em seguida, a empresa foi submetida a procedimento de fiscalização por parte da autoridade tributária estadual competente para fiscalizar e lançar o ICMS. No decorrer dos trabalhos foi constatada a diferença mediante o controle físico dos bens, entre o número de unidades estocadas (quatro) e os valores de saldo inicial, entradas (cinco) e saídas (cinco) de unidades da máquina Bem Boa. Em decorrência desta constatação,
- (A) a empresa deve oferecer à tributação os valores relativos às quatro unidades que a contabilidade indica terem sido vendidas.
 - (B) ficou demonstrada a entrada de bens não contabilizados.
 - (C) foi identificado o suprimento de caixa sem comprovação de origem do numerário.
 - (D) a escrituração contábil da empresa deve ser destruída, desde o início do período, para ser refeita a partir do zero.
 - (E) a distorção nas demonstrações contábeis da empresa deve ser considerada como decorrente de fraude.